



---

# RELATÓRIO E CONTAS

2021

## ÍNDICE

Relatório de Gestão .....	3
Demonstrações Financeiras .....	22
Parecer do Conselho Fiscal .....	73
Certificação Legal das Contas .....	74



---

# RELATÓRIO DE GESTÃO

2021

Em cumprimento da Lei e do Contrato Social, a Mesa Administrativa vem ora apresentar o **Relatório de Gestão e as Contas** da “Santa Casa da Misericórdia de Meda”, Contribuinte nº 501233296, com sede na Avenida Gago Coutinho e Sacadura Cabral, na Meda. O presente relatório de gestão expressa de forma verdadeira a situação financeira e os resultados da atividade do exercício económico findo em 31 de dezembro de 2021.

## ENQUADRAMENTO

“A Santa Casa da Misericórdia de Meda, é uma Associação pública de fiéis constituída na ordem jurídica canónica, tem personalidade jurídica civil e está reconhecida como instituição particular de solidariedade social inscrita no livro das Irmandades das Misericórdias sob o n.º 60/82 fls. 74 e 74 verso, e surge com o objetivo de satisfazer as carências sociais e praticar atos de culto católico, a sua fundação data de 20 de Agosto de 1926. Tem uma história curta, com altos e baixos, como todas as histórias destas instituições, hoje é uma instituição com uma vida ativa e está muito florescente, estendendo a sua atividade a um lar de 3.ª idade, com capacidade de noventa utentes e valência de acamados, um Centro de Dia com Apoio Domiciliário e ainda a Atividade de Tempos Livres e sempre vocacionada e pronta a debruçar-se sobre toda e qualquer carência social.

A sua constituição como associação e a aprovação dos primeiros estatutos datam de 29 de Abril de 1929.

Da primeira comissão nomeada a fim de organizar os estatutos pelos quais passaria a reger-se a Santa Casa da Misericórdia de Meda, fizeram parte o Dr. Artur Augusto Pereira de Faria como presidente; Dr. Luís Maria Tavares de Albuquerque que desempenhou o cargo de vice-presidente; secretário o Pe. Ivon Augusto do Santo Brandão; tesoureiro o Pe. Álvaro Gomes dos Santos e como vogal o Dr. Artur de Jesus Tomé.

Existia a trabalhar em paralelo com a Misericórdia a Casa dos Pobres, à frente da qual se encontrava entre outros o Dr. Augusto César de Carvalho. Os primeiros e únicos estatutos Casa dos Pobres datam de 22 de Setembro de 1949, foram aprovados por despacho de 22/09/1949 do Subsecretário de Estado da Assistência Social, e publicados no Diário do Governo 240/2.ª



série de 15/10/1949. Aqui funcionava a sopa dos pobres, albergue para velhos e inválidos e um centro materno-infantil.

Em 1961 por despacho de 22 de Março de 1961 do Sr. Ministro da Saúde e Assistência e publicação no Diário do Governo n.º 77 2.ª série de 3 de Abril de 1961, dá-se a integração da chamada Casa dos Pobres na Misericórdia, pois na opinião do Sr. Ministro, era completamente descabida a existência de duas Instituições a trabalhar isoladamente.

A 6 de Maio de 1961 foi efetuada por parte da direção da Casa dos Pobres à direção da Santa Casa da Misericórdia a entrega de todos os bens e valores.

Como é do domínio público a determinada altura o Estado, reconhecendo necessidade de se debruçar atentamente sobre a medicina-preventiva, cria, por despacho ministerial, os chamados “Centros de Saúde” que em virtude desta determinação, começam a proliferar por toda a parte, chegando também a vez da vila de Meda.

Por isso a 8 de Outubro de 1971, à falta de instalações próprias e por cedência da Mesa, então em funções, instala-se na dita Casa dos Pobres, já então saturada, os serviços do Centro de saúde.

Situação que se manteve, trazendo atritos para a Misericórdia e provocando desentendimentos constantes entre a mesma e os serviços de saúde, até 1 de Setembro de 1981, data em que entrou em funções o novo e belo edifício do Centro de Saúde, construído com dinheiros Americanos e sob a orientação do Governo Português.

Através da celebração de protocolos com as diversas entidades regionais procura criar sinergias que potenciem a valorização económica dos recursos da região. Visa, em particular, apoiar a atividade das Instituições Particulares de Solidariedade Social, apoiar atividades de promoção da formação integral dos jovens, nomeadamente através do desporto e do aumento dos níveis de literacia financeira, e apoiar atividades culturais e de investigação científica em áreas com interesse na região.

A Santa Casa da Misericórdia de Meda teve como primeiro Provedor o Dr. Luís Tavares Albuquerque, natural da freguesia da Coriscada deste Concelho de Meda. Aqui exerceu



durante muito tempo as funções de notário, sabendo enfrentar com dignidade as primeiras dificuldades, mas procurando incutir, um certo espírito religioso e caritativo, que sempre presidiu à fundação destas Instituições e esteve patente nos propósitos da rainha D. Leonor, obreira das primeiras Misericórdias, que apareceram em Portugal.

O seu mandato estendeu-se até 11 de Março de 1941, seguindo-se no desempenho das mesmas funções, o Dr. Fernando Augusto Alonso, que se manteve à frente dos destinos da Misericórdia até 3 de Junho de 1957, sendo substituído, por António Augusto de Carvalho, que estendeu o seu mandato até 4 de Fevereiro de 1962, seguiu-se o Sr. Claudino Soares Rebelo, Provedor até 19 de Fevereiro de 1967, dando lugar a Adriano da Assunção que esteve à frente da Misericórdia até 29 de Setembro de 1974. Nesta altura desponta no horizonte da vida da Misericórdia, o Padre Urbelino dos Santos Martins Pinto, que com uma visão clara da panorâmica das Misericórdias, soube imprimir um certo dinamismo e calor humano a esta obra que hoje é grandiosa e querida das gentes da Meda, que a acarinham e respeitam como empreendimento mais valioso do Concelho, dedicando-se por inteiro à Instituição até ao dia 21 de Março do ano de 1999.

É empossada nova direção nesse mesmo dia cuja Mesa Administrativa passou a ser presidida pelo Senhor Provedor Dr. Anselmo Antunes de Sousa que atualmente se mantém e que tomou posse mais uma vez no passado dia 07 de Janeiro do ano de 2017.”

*in: [www.misericordiameda.com](http://www.misericordiameda.com)*



## RELATÓRIO DE ATIVIDADE

Com o investimento efetuado, no ano de 2018 foi inaugurado do Lar Nossa Senhora de Fátima com capacidade para 40 camas, tendo a atividade continuado com normalidade. Para este lar foi conseguido acordo de cooperação com a segurança social como forma de permitir uma melhor viabilidade financeira.

## VALÊNCIAS

Centro de Apoio a Idosos

### Lar Dr. Joaquim Nunes Saraiva (1.ª Fase)

- Capacidade internamento - 68 utentes 60 dos quais c/ acordo de cooperação com a Segurança Social.

#### Serviços Prestados-

- Cuidados de saúde, higiene e bem-estar;
- Alimentação
- Tratamento de roupas;
- Organização de atividades lúdico-recreativas;
- Serviços Religiosos.

### Lar -Fase 2

- Capacidade internamento - 33 utentes 20 dos quais c/ acordo de cooperação com a Segurança Social.

#### Serviços Prestados

- Cuidados de saúde, higiene e bem-estar;
- Alimentação
- Tratamento de roupas;



- Organização de atividades lúdico-recreativas;
- Serviços Religiosos.

#### Centro de Dia

- Capacidade: 30 utentes 11 dos quais c/ acordo de cooperação com a Segurança Social.

#### Serviços Prestados

- Alimentação;
- Organização de atividades lúdico-recreativas;
- Serviços Religiosos.

#### Apoio Domiciliário

- Capacidade: 50 utentes –Acordo de Cooperação só para 36 utentes.

#### Serviços Prestados

- Alimentação;
- Higiene Pessoal;
- Higiene habitacional;
- Tratamento de roupas.

#### Lar Nossa Senhora de Fátima

- Capacidade de internamento: 40 utentes, 28 dos quais c/ acordo de cooperação com a Segurança Social.

#### Serviços Prestados

- Cuidados de saúde, higiene e bem-estar;
- Alimentação Tratamento de roupas;
- Organização de atividades lúdico-recreativas;
- Serviços Religiosos.



### Atividade de Tempos Livres (ATL)

- Capacidade: 50 utentes - Acordo de Cooperação só para 49 utentes.

### Serviços Prestados

- Alimentação (Lanche);
- Acompanhamento nos trabalhos escolares;
- Organização de atividades lúdico-recreativas.

### Cantinas Sociais

Considerando que o XIX Governo Constitucional definiu no seu programa, como um dos seus objetivos estratégicos, um amplo modelo de inovação social, que permitisse dar auxílio e respostas a situações de grave carência social é criado o Programa de Emergência Alimentar, inserido na Rede Solidária de Cantinas Sociais, que permite garantir às pessoas e/ou famílias que mais necessitam, o acesso a refeições diárias gratuitas uniu-se a Santa Casa da Misericórdia de Meda a este programa proporcionando assim as devidas refeições aos mais carenciados.

Capacidade: 16 utentes, todos com acordo de Cooperação.



## Enquadramento Económico

No seguimento da crise causada pelo COVID-19, a economia mundial caiu numa das mais profundas recessões desde a Grande Depressão. Ainda assim, a atuação célere das diversas autoridades internacionais foi fundamental, tendo as medidas de política monetária e orçamental, de regulação e supervisão micro e macro prudencial permitido mitigar os efeitos negativos sobre a situação financeira das empresas e das famílias. No geral, já se começa a sentir uma recuperação económica.

Ao longo do ano 2021, a pandemia COVID-19 continuou a ter impacto nas condições financeiras dos diversos agentes económicos, nomeadamente das famílias, das empresas e dos Estados. O processo de recuperação económica foi constante desde a primavera até perto do final do ano e vários países a nível mundial já ultrapassaram os níveis pré-pandémicos de atividade económica de finais de 2019. Não obstante, essa recuperação foi bastante assimétrica, com os países em desenvolvimento a não conseguirem acompanhar a evolução ao ritmo anterior à crise.

Apesar do início de ano complicado, com a chegada da primavera notou-se uma melhoria considerável da situação pandémica que coincidiu com um amplo processo de vacinação da população nas economias desenvolvidas, o que resultou numa diminuição do número de infeções e, como tal, das restrições, resultando no crescimento da atividade económica.

Todavia, nos últimos meses de 2021 voltou a registar-se um agravamento da pandemia devido ao aparecimento de uma nova variante. Como tal, o ritmo da recuperação após a reabertura abrandou em muitos países, devido à persistência de estrangulamentos nas cadeias logísticas, ao aumento dos custos das matérias-primas e à continuação de outros efeitos da pandemia.

As mais recentes estimativas da OCDE apontam para que o PIB mundial tenha crescido 5,6% em 2021, prevendo uma moderação do ritmo do crescimento ao longo dos próximos anos: 4,5% em 2022 e 3,25% em 2023.

Apesar da incerteza sobre o futuro em tempos de pandemia, uma intensificação dos esforços globais no que toca à vacinação, políticas macroeconómicas de apoio, condições financeiras adequadas e uma menor poupança das famílias, deverão aumentar a procura e compensar a



pressão resultante da remoção gradual das medidas fiscais relacionadas com a pandemia. Também se espera que as novas variantes do vírus da Covid-19 sejam cada vez menos letais.

No entanto, espera-se que a recuperação continue a acontecer de forma desigual. A maioria das economias avançadas deverá regressar à sua trajetória de produção pré-pandémica até 2023, mas com um maior endividamento e ainda com um potencial de crescimento subjacente ainda modesto.

Note-se ainda que em todas as economias surgiram pressões inflacionistas mais fortes e duradouras e situações de carência de mão-de-obra, embora o emprego ainda não tivesse recuperado totalmente. Este padrão deverá permanecer por um período mais longo do que o inicialmente esperado, mas ainda assim continua a contar-se com uma melhoria gradual ao longo de 2022 e 2023. A subida dos preços da energia representa um risco importante, sendo de esperar uma política monetária mais restritiva, deprimindo a procura e, dessa forma, provocando uma desaceleração económica.

### **Economia Mundial**

Depois da recuperação económica estimada de 5,5% em 2021, espera-se que o crescimento global desacelere em 2022 para 4,1%, refletindo surtos contínuos de COVID-19, apoio fiscal reduzido e problemas persistentes no fornecimento. Grande parte da desaceleração global ao longo do horizonte de previsão é explicada pelas principais economias, que também pesarão sobre a procura nas economias emergentes e em desenvolvimento.

Vários riscos negativos obscurecem as perspetivas, incluindo interrupções económicas simultâneas provocadas pela Omicron, novos problemas de oferta, expectativas de inflação, stress financeiro, desastres relacionados ao clima e um enfraquecimento dos fatores de crescimento de longo prazo. Depois do crescimento surpreendente em 2021, a inflação global deve permanecer elevada este ano. A recuperação da atividade global, juntamente com interrupções no fornecimento e preços mais altos de alimentos e energia, aumentaram a inflação em muitos países.

### **Europa**



A economia da Zona Euro registou uma sólida recuperação em 2021, com as estimativas da OCDE a apontarem para um crescimento de 5,2%. A atividade económica recuperou acentuadamente na primeira metade de 2021, com o crescimento a manter-se muito dinâmico no terceiro trimestre. O consumo privado, alimentado por uma procura anteriormente reprimida, que gerou poupança adicional, e um aumento das compensações laborais, foi um motor fundamental, ajudando a apoiar a recuperação nos setores de serviços, na sequência do que se verificou na indústria transformadora.

No entanto, esta rápida retoma da atividade económica abrandou devido a uma série de estrangulamentos nas cadeias de abastecimento, particularmente nos setores da construção e dos transportes.

Os vários estrangulamentos, combinados com uma subida dos preços da energia, provocaram também um aumento das taxas anuais de inflação, quer a taxa global quer a subjacente, que atingiram 4,1% e 2.0%, respetivamente, em outubro de 2021.

Olhando para o futuro, prevê-se que o crescimento abrande gradualmente nos próximos anos, para 4,3% em 2022 e 2,5% em 2023, com riscos de revisões em baixa. O consumo privado e o investimento deverão continuar a beneficiar do levantamento das medidas de contenção e do dinamismo da despesa das famílias, mas serão impactados pela redução de estímulos fiscais e monetários, sem prejuízo da implementação do Plano de Recuperação e Resiliência na União Europeia.

### **Economia portuguesa**

A economia portuguesa terá crescido em termos do Produto Interno Bruto 4,9% em 2021 e espera-se que cresça também 4,9% em 2022, seguido de um ritmo de expansão mais moderado em 2023 e 2024. A recuperação da atividade traduz-se num aumento do emprego e numa redução da taxa de desemprego para níveis inferiores aos pré-pandemia. Apesar do perfil de crescimento para os próximos anos a invasão militar da Rússia à Ucrânia introduz elevada incerteza.

A inflação prevê-se que aumente em 2022 para 4,0%, e que se reduza para 1,6% em 2023 e 2024. O aumento da inflação em 2022 está associado à subida do preço das matérias-primas, energia e outras, e à manutenção de constrangimentos nas cadeias de abastecimento globais.



A recuperação da procura dos serviços mais afetados pela pandemia contribui também para o aumento da inflação.

A invasão da Ucrânia pela Rússia em finais de fevereiro contribui para intensificar as pressões inflacionistas e para limitar o dinamismo económico na área do euro e em Portugal. O conflito veio agravar a subida de preços das matérias-primas energéticas e de diversos bens primários. O impacto negativo sobre a atividade decorre também da redução da confiança das famílias e dos empresários, da turbulência nos mercados financeiros, bem como dos efeitos das sanções impostas à Rússia sobre os fluxos comerciais e financeiros.

A evolução da atividade é condicionada no curto prazo por uma nova vaga da pandemia na Europa e pelos problemas nas cadeias de fornecimento globais. A reintrodução de medidas restritivas para conter a pandemia, incluindo sobre a mobilidade internacional, a par do aumento da incerteza, terá impacto sobre o ritmo de recuperação, em particular dos serviços relacionados com o turismo. Adicionalmente, assume-se que as perturbações nas cadeias de fornecimento globais, que se têm refletido na escassez de matérias-primas e outros bens e num aumento dos seus custos, se dissipam a partir da segunda metade de 2022.

As projeções apresentam uma incerteza acrescida e o balanço de riscos é enviesado em alta para a inflação e em baixa para a atividade, especialmente em 2022. Uma deterioração do enquadramento externo da economia portuguesa, determinada pelo escalar do conflito na Ucrânia, constitui o principal fator de risco. Tal implicaria uma intensificação das pressões inflacionistas e um impacto mais negativo sobre a confiança e os fluxos comerciais – incluindo a possibilidade de maiores problemas nas cadeias de fornecimento globais. O impacto da materialização destes riscos é um cenário adverso para a economia portuguesa. O aumento de incerteza é parcialmente contrabalançado por uma melhoria da situação epidemiológica.

#### **Ao nível do setor**

As políticas contabilísticas estão adequadas à realidade de uma estrutura sem fins lucrativos, salientando que os procedimentos e controlos internos vigentes asseguram os movimentos efetuados, em relação às receitas, despesas e pagamentos. As demonstrações financeiras



relativas ao exercício de 2021 traduzem as despesas e receitas do referido exercício económico, em relação à atividade da Instituição.

As despesas foram baseadas em critérios definidos pela Mesa Administrativa. Os critérios foram tomados com vista à continuação do bem-estar dos utentes. Sendo ao longo do ano tomadas decisões e havendo negociações de valores com os diversos fornecedores.

O ano de 2021 foi o segundo ano de pandemia COVID-19, que tal como em 2020 dificultou a obtenção de receitas extraordinárias, sendo que apesar do resultado líquido negativo de 77 875,33€, muito afetado pelas elevadas depreciações, o EBITDA continua a ser bastante positivo, tal como no ano anterior.

No que diz respeito às receitas principais da Instituição, entre elas as mensalidades dos utentes, rendimentos de rendas de habitações e subsídios do Estado e de outras Instituições, nomeadamente resultantes dos acordos de cooperação com a Segurança Social, em 2021 a Santa Casa da Misericórdia da Meda conseguiu obter um acréscimo de receitas de cerca de 200.000 comparativamente a 2020.

Os rendimentos obtidos com a atividade foram de cerca de 2 164 086€, que resultam de um aumento de cerca de 119.000€. Quanto aos custos essenciais de funcionamento, a Santa Casa da Misericórdia da Meda registou um aumento de cerca de 162.000€, comparativamente a 2020. Neste ano de 2021 o salário mínimo nacional aumentou, o que tem impacto no aumento no vencimento bruto dos funcionários, e as baixas médicas devido à pandemia Covid-19, refletiu-se no presente exercício ao aumento dos gastos com pessoal, tal como nos gastos com os fornecimentos e serviços externos.

### **Análise das Demonstrações financeiras**

A análise dos rendimentos e gastos operacionais permite avaliar em que medida a Instituição consegue gerar recursos provenientes das atividades operacionais sem levar em consideração os efeitos das depreciações dos bens do ativo.

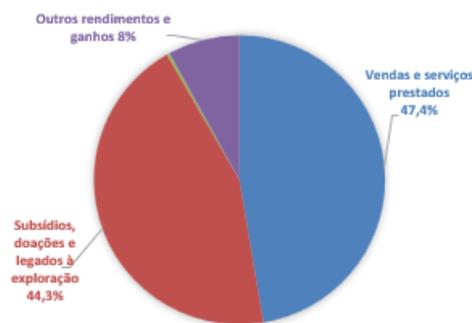


No exercício económico de 2021 os rendimentos globais atingiram o valor de 2.170.596,47 €, sendo que a sua proveniência se decompõe da seguinte forma:

Rendimentos	2021		2020		variação	
Vendas e serviços prestados	1 028 392,07	47,4%	1 133 529,56	55,4%	-105 137,49	-9,3%
Subsídios, doações e legados à exploração	962 106,74	44,3%	783 181,77	38,3%	178 924,97	22,8%
Reversões de imparidades	6 510,00	0,3%	2 440,84	0,1%	4 069,16	
Outros rendimentos e ganhos	<u>173 587,66</u>	8,0%	<u>128 273,46</u>	6,3%	<u>45 314,20</u>	35,3%
	<u>2 170 596,47</u>		<u>2 047 425,63</u>		<u>123 170,84</u>	6,0%

Da tabela acima é possível verificar que os rendimentos no ano da pandemia cresceram cerca de 6,0%, tendo ultrapassado os 2 milhões e 170 mil euros. As vendas e serviços prestados aos utentes continuam a ser principal fonte de rendimentos, mas percebe-se que a Instituição tem tido a capacidade para procurar apoios junto de diversas entidades oficiais, que se refletem num aumento de cerca de 178.000 euros nos subsídios arrecadados, os quais representam cerca de 44,3% dos rendimentos totais. Os outros rendimentos e ganhos referem-se principalmente aos rendimentos gerados com as rendas de imóveis não sociais obtidos durante o ano.

No que se refere ao ano de 2021 a estrutura de rendimentos encontra-se espelhada no gráfico abaixo:

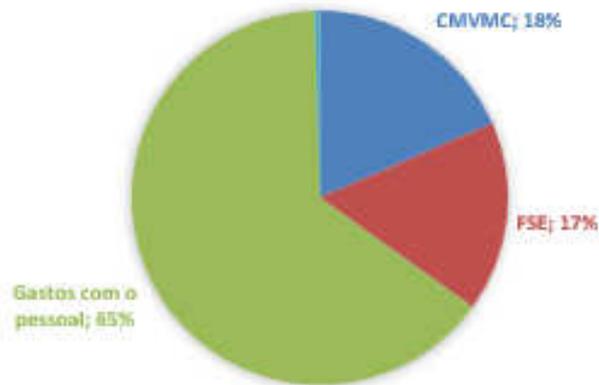


No que concerne à estrutura dos gastos antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos, o valor global de 2021 ascendeu a 2.097.262,32euros, conforme tabela a seguir apresentada. Este valor superior ao do ano anterior, representando um aumento de 8,4% em relação ao ano anterior, que reflete a um aumento dos gastos. De notar que a principal rubrica

é a que se refere aos gastos com o pessoal, que aumentou ligeiramente em comparação com o valor do ano anterior.

Gastos	2021		2020		variação	
CMVMC	387 326,24	20,0%	421 446,35	22,0%	-34 120,11	-8,1%
FSE	345 632,82	17,9%	272 181,19	14,2%	73 451,63	27,0%
Gastos com o pessoal	1 354 944,49	70,0%	1 234 240,20	64,3%	120 704,29	9,8%
Outros gastos e perdas	9 358,77	0,5%	7 215,42	0,4%	2 143,35	29,7%
	<u>2 097 262,32</u>		<u>1 935 083,16</u>		<u>162 179,16</u>	<u>8,38%</u>

A estrutura de gastos do último ano encontra-se refletida no gráfico abaixo:



A Instituição gere um conjunto de equipamentos de grande valor, conforme evidenciado no Ativo fixo tangível apresentado no Balanço, que origina um elevado valor nos gastos de depreciação evidenciado na demonstração de resultados, motivo pelo qual os resultados não são positivos.

Excluindo este efeito das depreciações e, apesar do período de COVID-19 que originou gastos extraordinários associados à gestão da pandemia e a dificuldades na gestão dos utentes dos lares, incluindo impedimentos à admissão de novos utentes, a gestão operacional da Instituição evidenciada nos resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos revela-se positiva.

O quadro abaixo resume os gastos e os rendimentos das valências com valores mais significativos.

	LAR	LAR N SRA DE FATIMA	FASE 2	APOIO DOMICILIARIO	Outras
<b>61</b> Custo das mercadorias vendidas e das matérias:	163 985,45	110 388,06	32 102,10	63 913,11	16 937,52
<b>62</b> Fornecimentos e serviços externos	123 937,76	85 644,98	9 483,29	25 912,67	100 654,12
<b>63</b> Gastos com o Pessoal	575 913,66	231 155,23	264 109,85	56 154,81	227 610,94
<b>64</b> Gastos de depreciação e de amortização	79 940,66	39 874,15	23 939,85	258,69	7 184,47
<b>65</b> Perdas por imparidade	0,00	0,00	650,00	0,00	3 760,00
<b>68</b> Outros gastos	245,00	130,00	125,00	0,00	8 858,77
<b>69</b> Gastos de financiamento	0,00	0,00	0,00	0,00	11,66
<b>72</b> Prestações de serviços	-429 444,09	-271 660,35	-236 419,98	-48 049,89	-42 817,76
<b>75</b> Subsídios, doações e legados à exploração	-359 554,32	-196 030,85	-121 118,36	-108 618,13	-176 785,08
<b>76</b> Reversões	0,00	0,00	0,00	0,00	-10 920,00
<b>78</b> Outros rendimentos	-1 939,16	-10 897,08	0,00	0,00	-160 751,42
<b>Resultados</b>	153 084,96	-11 395,86	-27 128,25	-10 428,74	-26 256,78

A análise ao balanço permite perceber o elevado valor dos investimentos realizados pela Misericórdia, o qual tem sido suportado essencialmente pelos fundos próprios. Ao nível de curto prazo, é verificado que o total do ativo é ligeiramente superior ao passivo no último ano. Daqui resulta a existência de indicadores de estrutura financeira adequada.

	2021		2020	
Ativo não corrente	3 434 991,92	81,8%	3 577 655,85	84,1%
Ativo corrente	762 517,11	18,2%	676 752,65	15,9%
Total do ativo	4 197 509,03		4 254 408,50	
Fundos Patrimoniais	3 616 354,92	86,2%	3 646 829,23	85,7%
Passivo não corrente	0,00	0,0%	0,00	0,0%
Passivo corrente	581 154,11	13,8%	607 579,27	14,3%
Total Capital Próprio e Passivo	4 197 509,03		4 254 408,50	

Ao nível dos investimentos o ano de 2021 não foi propício à realização de investimentos significativos, no entanto, sempre orientando a sua política por princípios de rigor, visando a maximização da qualidade na prestação de serviços, foram efetuados alguns investimentos em



bens sempre que necessário para algumas das valências e, por norma, em substituição de outros bens antigos.

### **Principais riscos e incertezas**

A gestão do risco obriga à permanente monitorização das operações para previsão de acidentes e perigos futuros possibilitando a elaboração de medidas e estratégias de minimização dos mesmos dentro dos contextos sociais.

Sem nunca descurar a qualidade dos serviços prestados, permanecerá o esforço de contenção de gastos e gestão criteriosa dos recursos disponíveis para se procurar dar a resposta mais adequada a todos quanto procuram a nossa Instituição.

Para esse efeito, o esforço de modernização e renovação das respostas sociais continuará em permanência, no sentido de facultar os recursos mais adequados aos profissionais e aos utentes.

A adoção de formas de organização e gestão, que mantendo a tradição e missão originais, criem mais valor, irão permitir reforçar o papel que desempenha em termos económicos e da relevância nas áreas em que atua na prestação de serviços para dar resposta às necessidades e solicitações da comunidade.

Dada a sua dimensão, a Santa Casa gere fluxos significativos de capital, pelo que devem existir boas praticas de gestão financeira. Nesse sentido, também ao nível do risco de crédito, é importante antever e prevenir situações de incumprimento conhecendo e acompanhando adequadamente os seus utentes e clientes, procurando soluções para uma otimização das cobranças, que permita manter a atividade sem correr riscos suplementares e manter a sustentabilidade.

As operações são monitorizadas pela análise das necessidades do fundo de maneio e tesouraria, visando a diminuição dos custos, melhorando o desempenho e promovendo a preservação de valor.

Em suma, a Misericórdia da Mêda não está exposta a riscos financeiros que possam provocar efeitos materialmente relevantes na sua posição financeira e na continuidade das suas



operações, pelo que entende que as obrigações assumidas, não são geradoras de riscos que não possam ser regularmente suportados pela Instituição.

### **Evolução previsível da atividade e continuidade da atividade**

A Misericórdia da Meda tem procurado assegurar o bem-estar permanente de todos os colaboradores e procedeu à implementação de um conjunto de ações preventivas acrescidas para proteger a sua saúde e promover a segurança, tendo por base as recomendações da Direção Geral de Saúde para fazer face à pandemia.

A Misericórdia da Meda permanecerá atenta e cuidadosa perante os riscos que poderão surgir para a sua área de atuação, quer em termos operacionais, de investimento ou financeiros. Existe a convicção de que com prevenção, serenidade e em conjugação de esforços com parceiros se está preparado para enfrentar este desafio.

O trabalho desenvolvido nas diversas áreas de atuação, financeira e operacional, permite acreditar fielmente na capacidade da Misericórdia da Meda em cumprir o princípio da continuidade. Apesar da guerra na Ucrânia e dos constrangimentos que o COVID-19 tem imposto, a Mesa Administrativa mantém a firme convicção que a sua atividade continuará de ser executada de forma normal em função dos interesses dos seus utentes.

A Misericórdia da Meda apresenta uma estrutura de financiamento adequada, que reflete os capitais próprios positivos fruto da acumulação de resultados e de outras variações de capital. Os resultados negativos nos últimos anos não são preocupantes por não estarem relacionados com problemas estruturais e por estarem relacionados com a política de depreciações. Prevê-se que a atividade perdure no tempo sem qualquer tipo de problemas legais, financeiros e económicos.

Prevê-se que o ano de 2022 seja um ano de continuidade da Instituição em termos de apoio social à comunidade local e aos utentes dos serviços disponibilizados à comunidade pela Misericórdia da Mêda.

### **Factos relevantes ocorridos após o termo do exercício**



À data da elaboração deste relatório, Portugal e o mundo continuam a enfrentar, com dificuldade e preocupação, a Pandemia provocada pela disseminação generalizada do vírus Covid-19, tendo sido decretado em Março de 2019, não se conhecendo, nem sendo possível antecipar, a extensão dos seus efeitos e das possíveis limitações que enfrentaremos no futuro, acreditando e apresentando o presente relatório assente no princípio da continuidade.

A 24 de fevereiro a Rússia iniciou a invasão da Ucrânia. Como resposta várias jurisdições impuseram sanções económicas à Rússia que têm vindo a ser seguidas por um número crescente de empresas públicas e privadas que anunciaram ações voluntárias para reduzir as atividades comerciais com esses países.

Na medida em que ocorreram após 31 de dezembro de 2021, estes eventos não impactaram as demonstrações financeiras preparadas para o ano findo nessa data. No entanto, os efeitos em 2022 poderão ser significativos, sobretudo nos preços da energia. É expectável que os efeitos se intensifiquem, com um agravamento da inflação.

De 31 de dezembro de 2021, até à data de emissão deste relatório, não ocorreram outros factos relevantes que possam vir a afetar materialmente a posição financeira e os resultados futuros da instituição.

### **Dívidas à Administração Fiscal e ao Centro Regional de Segurança Social**

A Misericórdia tem a sua situação tributária e de segurança social regularizada.

### **Proposta de aprovação das Demonstrações Financeiras e aplicação do Resultado**

A Mesa Administrativa propõe que as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2021, que incluem um total de Ativos de 4 197 509,03Euros, Fundos Próprios de 3 616 354,92Euros e Passivo de 581 154,11Euros, sejam aprovadas.

A Mesa Administrativa propõe, ainda, que o Resultado Líquido negativo de 77 875,33Euros seja aplicado em Resultados transitados.



### **Agradecimentos**

A Mesa Administrativa agradece a colaboração prestada por todos os trabalhadores, Fornecedores, Instituições Bancárias, e demais entidades que com ela se relacionaram.

Mêda, 15 de março de 2022.

#### **A Mesa Administrativa**

Anselmo Antunes de Sousa

Jorge Adalberto Marques Daniel

António João do Nascimento

Luís Filipe Branco Lopes

António José Borges Prata





# Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2021



## Índice

Anexo .....	33
1. Identificação da Entidade .....	33
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras .....	35
3. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros.....	36
3.1. Bases de Apresentação .....	36
3.2. Principais Políticas Contabilísticas .....	38
3.3. Alterações nas políticas contabilísticas: .....	49
3.4. Alterações nas estimativas contabilísticas: indicação do efeito no período corrente e em períodos futuros.....	49
3.5. Correção de erros de períodos anteriores: indicação da natureza do erro material e dos seus impactos nas demonstrações financeiras do período. ....	49
3.6. Acontecimentos subsequentes.....	50
4. Ativos Fixos Tangíveis .....	50
4.1. Divulgações para cada classe de ativos fixos tangíveis: .....	50
4.2. Divulgações sobre restrições, garantias e compromissos: .....	52
4.3. Se os itens do ativo fixo tangível forem expressos por quantias revalorizadas, deve ser divulgado o seguinte: .....	52
5. Ativos Intangíveis.....	52
5.1. Divulgações para cada classe de ativos intangíveis, distinguindo entre os ativos intangíveis gerados internamente e outros ativos intangíveis:.....	52
5.2. Divulgações sobre restrições, garantias e compromissos: .....	54
6. Custos de Empréstimos Obtidos.....	54
6.1. Indicação da quantia de custos de empréstimos obtidos capitalizada durante o período, discriminada por naturezas de ativos que se qualificam. ....	54
7. Inventários .....	54
7.1. Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários, incluindo a fórmula de custeio usada. ....	54
7.2. Quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada em classificações apropriadas para a entidade.....	54



7.3. Quantia de qualquer ajustamento de inventários reconhecida como um gasto do período, bem como de qualquer reversão de ajustamento que tenha sido reconhecida como uma redução na quantia de inventários reconhecida como gasto do período, e circunstâncias ou acontecimentos que conduziram a tal reversão.....	54
8. Rendimentos e Gastos .....	56
8.1. Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvam a prestação de serviços.....	56
8.2. Quantia e natureza de elementos isolados de rendimentos ou dos gastos cuja dimensão ou incidência sejam excecionais. ....	56
8.3. Rédito.....	56
9. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes .....	57
9.1. Reconciliação, para cada classe de provisões, da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre os aumentos, as reduções e as reversões. ....	57
9.2. Breve descrição da natureza e quantia de cada classe de passivos contingentes à data do balanço.....	57
9.3. Breve descrição da natureza e quantia de cada classe de ativos contingentes à data do balanço, cujo influxo de benefícios económicos é provável.....	57
9.4. Indicação do valor dos Fundos Permanentes por modalidade associativa das Mutualidades e do património líquido que lhes está afeto, bem como do respetivo grau de cobertura face às Provisões matemáticas necessárias.....	57
10. Subsídios e outros apoios das Entidades Públicas.....	57
10.1. Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre os aumentos e as reduções dos subsídios das entidades públicas reconhecidos nos fundos patrimoniais. ....	57
10.2. Benefícios sem valor atribuído, materialmente relevantes, obtidos de terceiras entidades.....	57
10.3. Principais doadores.....	58
11. Instrumentos Financeiros .....	59
11.1. Bases de mensuração e políticas contabilísticas relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras, utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros..	59



11.2. Instrumentos financeiros mensurados ao justo valor:.....	59
11.3. Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre os aumentos e as reduções das diferentes naturezas de itens de cada rubrica dos fundos patrimoniais. ....	60
11.4. Quantia escriturada de ativos financeiros dados em garantia, penhor ou promessa de penhor e termos e condições relativos à garantia, penhor ou promessa de penhor.....	60
11.5. Dívidas da entidade reconhecidas à data do balanço: .....	60
11.6. Ajustamentos de valor reconhecidos no período para cada natureza de instrumentos financeiros não mensurados ao justo valor. ....	64
11.7. Dívidas à entidade reconhecidas à data do balanço e cuja duração residual seja superior a um ano:.....	64
11.8. Dívidas da entidade reconhecidas à data do balanço e cuja duração residual seja superior a um ano:.....	65
12. Subsídios, doações e legados à exploração .....	65
13. Fornecimentos e serviços externos .....	66
14. Outros rendimentos e Outros gastos .....	66
14.1. Outros rendimentos e ganhos .....	66
14.2. Outros gastos e perdas .....	67
15. Resultados Financeiros .....	67
16. Benefícios dos empregados.....	68
16.1. Número médio de empregados durante o período a que se referem as demonstrações financeiras e número de membros dos órgãos de administração, de direção ou de supervisão e alterações no mesmo período ocorridas. ....	68
16.2. Compromissos existentes em matéria de pensões. ....	68
16.3. Membros dos órgãos de administração, de direção ou de supervisão:.....	68
17. Acontecimentos após data de Balanço .....	69
17.1. Natureza e efeitos financeiros dos eventos materiais surgidos após a data do balanço, não refletidos na demonstração de resultados nem no balanço. ....	69
18. Divulgações exigidas por outros diplomas legais .....	70
18.1. Quantia agregada do dispêndio de pesquisa e desenvolvimento reconhecido como um gasto durante o período. ....	70



18.2. Outras divulgações.....	70
19. Outras divulgações.....	71
19.1. Operações contratadas pela entidade com partes relacionadas: .....	71
19.2. Outras divulgações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados. ....	71



## Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021

Entidade: Santa Casa da Misericórdia de Mêda

Balanco individual em 31 de dezembro de 2021

valores em Euros

RUBRICAS	NOTAS	Período	
		31.12.2021	31.12.2020
<b>ATIVO</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	4	3 420 151,16	3 566 349,43
Ativos intangíveis	5		
Investimentos financeiros	11.5	14 840,76	11 306,42
		3 434 991,92	3 577 655,85
<b>Ativo corrente</b>			
Inventários	7	23 933,72	33 023,15
Créditos a receber	11.5	153 044,05	103 520,23
Estado e outros entes públicos	11.5	2 376,67	7 497,30
Diferimentos	11.5	13 511,01	12 568,63
Outros ativos correntes	11.5	174 021,13	233 515,89
Caixa e depósitos bancários	11.5	395 630,53	286 627,45
		762 517,11	676 752,65
<b>Total do Ativo</b>		4 197 509,03	4 254 408,50
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>			
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS</b>			
Fundos	11.3	140 215,31	140 215,31
Resultados transitados	11.3	2 139 234,79	2 144 060,49
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	4.3 / 11.3	1 414 780,15	1 425 677,23
		3 694 230,25	3 709 953,03
Resultado líquido do período		(77 875,33)	(63 123,80)
<b>Total dos Fundos patrimoniais</b>		3 616 354,92	3 646 829,23
<b>PASSIVO</b>			
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	11.5	135 004,64	146 274,62
Estado e outros entes públicos	11.5	29 750,16	27 527,79
Diferimentos	11.5	179 542,41	191 425,21
Outros passivos correntes	11.5	236 856,90	242 351,65
		581 154,11	607 579,27
<b>Total do Passivo</b>		581 154,11	607 579,27
<b>Total dos Fundos patrimoniais e do Passivo</b>		4 197 509,03	4 254 408,50



## Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021

Entidade: Santa Casa da Misericórdia de Mêda

Demonstração individual dos resultados por naturezas

Período findo em 31 de dezembro de 2021

valores em Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS		
		31/12/2021	31/12/2020	
Vendas e serviços prestados	+	8	1 028 392,07	1 133 529,56
Subsídios, doações e legados à exploração	+	10 / 12	962 106,74	783 181,77
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	-	7	(387 326,24)	(421 446,35)
Fornecimentos e serviços externos	-	13	(345 632,82)	(272 181,19)
Gastos com pessoal	-	16	(1 354 944,49)	(1 234 240,20)
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	-/+	11.5	6 510,00	2 440,84
Outros rendimentos e ganhos	+	8 / 14.1	173 587,66	128 273,46
Outros gastos e perdas	-	14.2	(9 358,77)	(7 215,42)
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>	=		73 334,15	112 342,47
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-/+	4 / 5	(151 197,82)	(175 465,10)
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>	=		(77 863,67)	(63 122,63)
Juros e gastos similares suportados	-	6 / 15	(11,66)	(1,17)
<b>Resultado antes de impostos</b>	=		(77 875,33)	(63 123,80)
<b>Resultado líquido do período</b>	=		(77 875,33)	(63 123,80)



Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021

Entidade: Santa Casa da Misericórdia de Mêda

Demonstração individual dos resultados por funções

Período findo em 31 de dezembro de 2021

valores em Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	31/12/2020	31/12/2020	
Vendas e serviços prestados	+	8	1 028 392,07	1 133 529,56
Custo das vendas e dos serviços prestados	-		(387 326,24)	(421 446,35)
<b>Resultado bruto</b>	=		641 065,83	712 083,21
Outros rendimentos	+	10 / 12 / 14.1	1 146 614,40	914 555,23
Gastos administrativos	-	11.5 / 13 / 16	(1 704 987,31)	(1 507 080,55)
Outros gastos	-	4 / 5 / 14.2	(160 556,59)	(182 680,52)
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>	=		(77 863,67)	(63 122,63)
Gastos de financiamento (líquidos)	-	6/15	(11,66)	(1,17)
<b>Resultados antes de impostos</b>	=		(77 875,33)	(63 123,80)
<b>Resultado líquido do período</b>	=		(77 875,33)	(63 123,80)

Entidade: Santa Casa da Misericórdia de Mêda

Demonstração individual dos resultados por funções

Período findo em 31 de dezembro de 2020

valores em Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	31/12/2020	31/12/2019	
Vendas e serviços prestados	+	8	1 133 529,56	1 140 080,76
Custo das vendas e dos serviços prestados	-		(421 446,35)	(395 125,05)
<b>Resultado bruto</b>	=		712 083,21	744 955,71
Outros rendimentos	+	10 / 12 / 14.1	914 555,23	790 218,56
Gastos administrativos	-	11.5 / 13 / 16	(1 507 080,55)	(1 500 347,18)
Outros gastos	-	4 / 5 / 14.2	(182 680,52)	(205 429,47)
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>	=		(63 122,63)	(170 602,38)
Gastos de financiamento (líquidos)	-	6/15	(1,17)	(27,77)
<b>Resultados antes de impostos</b>	=		(63 123,80)	(170 630,15)
<b>Resultado líquido do período</b>	=		(63 123,80)	(170 630,15)



## Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021

Entidade: Santa Casa da Misericórdia de Mêda

Demonstração individual dos resultados por funções

Período findo em 31 de dezembro de 2021

valores em Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	31/12/2021														31/12/2020		
		9000	9002	9003	9004	9005	9006	9007	9010	9011	9012	9018	9070	9096	Total			
		GERAL	LAR	CASA BEM ESTAR	CENTRO DE DIA	ATL	FASE 2	APOIO DOMICILIARI O	BAIRRO SOCIAL	RENDAS LISBOA	RENDAS EUA	CANTINA SOCIAL	CLDS 4G	Protocolo RSI	Total			
Vendas e serviços prestados	+	8	2 877,00	429 444,09	271 660,35	10 559,76	9 531,00	236 419,98	48 049,89	11 340,00				8 510,00			1 028 392,07	1 133 529,56
Custo das vendas e dos serviços prestados	-			(163 985,45)	(110 388,06)	(12 801,11)	(1 429,68)	(32 102,10)	(63 913,11)					(2 706,73)			(387 326,24)	(421 446,35)
<b>Resultado bruto</b>	=		2 877,00	265 458,64	161 272,29	(2 241,35)	8 101,32	204 317,88	(15 863,22)	11 340,00				5 803,27			641 065,83	712 083,21
Outros rendimentos	+	10 / 12 / 14.1	74 909,34	361 493,48	206 927,93	12 156,77	28 142,81	121 118,36	108 618,13	2 920,00	146,58	111 824,69		94 699,45	23 656,86		1 146 614,40	914 555,23
Gastos administrativos	-	11.5 / 13 / 16	(108 830,07)	(699 851,42)	(316 800,21)	(6 404,12)	(42 668,09)	(274 243,14)	(82 067,48)	(10 555,66)	(3 994,58)	(41 388,49)	(3 542,76)	(94 699,45)	(19 941,84)		(1 704 987,31)	(1 507 080,55)
Outros gastos	-	4 / 5 / 14.2	(7 816,32)	(80 185,66)	(40 004,15)	(66,41)	(3,69)	(24 064,85)	(258,69)	(5 981,83)		(2 160,95)	(14,04)				(160 556,59)	(182 680,52)
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>	=		(38 860,05)	(153 084,96)	11 395,86	3 444,89	(6 427,65)	27 128,25	10 428,74	(2 277,49)	(3 848,00)	68 275,25	2 246,47	(0,00)	3 715,02		(77 863,67)	(63 122,63)
Gastos de financiamento (líquidos)	-	6/15	(11,66)														(11,66)	(1,17)
<b>Resultados antes de impostos</b>	=		(38 871,71)	(153 084,96)	11 395,86	3 444,89	(6 427,65)	27 128,25	10 428,74	(2 277,49)	(3 848,00)	68 275,25	2 246,47	(0,00)	3 715,02		(77 875,33)	(63 123,80)
<b>Resultado líquido do período</b>	=		(38 871,71)	(153 084,96)	11 395,86	3 444,89	(6 427,65)	27 128,25	10 428,74	(2 277,49)	(3 848,00)	68 275,25	2 246,47	(0,00)	3 715,02		(77 875,33)	(63 123,80)



Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021

Entidade: Santa Casa da Misericórdia de Mêda

Demonstração individual das alterações nos fundos patrimoniais no período 2021

valores em Euros

DESCRIÇÃO	NOTAS	Fundos patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe					Total dos fundos patrimoniais
		Fundos	Resultados transitados	Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	
<b>POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2021</b>	<b>6</b>	140 215,31	2 144 060,49	1 425 677,23	(63 123,80)	3 646 829,23	3 646 829,23
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>							
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	3.5 / 11.3		58 298,10			58 298,10	58 298,10
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	<b>7</b>	140 215,31	2 202 358,59	1 425 677,23	(63 123,80)	3 705 127,33	3 705 127,33
<b>RESULTADO EXTENSIVO</b>	<b>8</b>				(77 875,33)	(77 875,33)	(77 875,33)
<b>OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO</b>	<b>9=7+8</b>					3 627 252,00	3 627 252,00
Subsídios, doações e legados				(10 897,08)		(10 897,08)	(10 897,08)
Distribuições			(63 123,80)		63 123,80		
<b>POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2021</b>	<b>10</b>	140 215,31	2 139 234,79	1 414 780,15	(77 875,33)	3 616 354,92	3 616 354,92
	<b>11=6+7+8+10</b>						

Entidade: Santa Casa da Misericórdia de Mêda

Demonstração individual das alterações nos fundos patrimoniais no período 2020

valores em Euros

DESCRIÇÃO	NOTAS	Fundos patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe					Total dos fundos patrimoniais
		Fundos	Resultados transitados	Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	
<b>POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2020</b>	<b>6</b>	140 215,31	2 314 690,64	1 436 574,31	(170 630,15)	3 720 850,11	3 720 850,11
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>							
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	<b>7</b>	140 215,31	2 314 690,64	1 436 574,31	(170 630,15)	3 720 850,11	3 720 850,11
<b>RESULTADO EXTENSIVO</b>	<b>8</b>				(63 123,80)	(63 123,80)	(63 123,80)
<b>OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO</b>	<b>9=7+8</b>					3 657 726,31	3 657 726,31
Subsídios, doações e legados				(10 897,08)		(10 897,08)	(10 897,08)
Distribuições			(170 630,15)		170 630,15		
<b>POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2020</b>	<b>10</b>	140 215,31	2 144 060,49	1 425 677,23	(63 123,80)	3 646 829,23	3 646 829,23
	<b>11=6+7+8+10</b>						



Entidade: Santa Casa da Misericórdia de Mêda  
 Demonstração individual dos fluxos de caixa  
 Período findo em 31 de dezembro de 2021

valores em Euros

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		31/12/2021	31/12/2020
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			
Recebimentos de clientes e utentes	+	982 619,06	1 116 348,00
Recebimentos de subsídios	+	1 047 074,51	800 847,54
Pagamentos a fornecedores	-	(739 251,16)	(630 978,16)
Pagamentos ao pessoal	-	(1 347 154,19)	(1 221 264,92)
Caixa gerada pelas operações	+/-	(56 711,78)	64 952,46
Outros recebimentos/pagamentos	+/-	31 960,79	(4 290,37)
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>	<b>(1)</b>	<b>(24 750,99)</b>	<b>60 662,09</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis	-	(17 013,27)	(20 553,76)
Investimentos financeiros	-	(3 534,34)	(2 841,62)
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis	+	37 782,94	
Juros e rendimentos similares	+	113 926,41	98 572,44
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>	<b>(2)</b>	<b>131 161,74</b>	<b>75 177,06</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>			
Recebimentos provenientes de:			
Doações	+	2 603,99	888,06
Pagamentos respeitantes a:			
Juros e gastos similares	-	(11,66)	(1,17)
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>	<b>(3)</b>	<b>2 592,33</b>	<b>886,89</b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes</b>	<b>(1)+(2)+(3)</b>	<b>109 003,08</b>	<b>136 726,04</b>
Caixa e seus equivalentes no início do período	+/-	286 627,45	149 901,41
Caixa e seus equivalentes no fim do período	+/-	395 630,53	286 627,45



## Anexo

### 1. Identificação da Entidade

---

A SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE MÊDA, é uma irmandade, Instituição Particular de Solidariedade inscrita no livro das Irmandades das Misericórdias sob o n. 60/82 fls 74 e 74 verso.

As suas atividades centram-se no apoio a pessoas idosas com e sem alojamento bem como a crianças do primeiro ciclo.

“A Santa Casa da Misericórdia de Meda, é uma Associação pública de fiéis constituída na ordem jurídica canónica, tem personalidade jurídica civil e está reconhecida como instituição particular de solidariedade social inscrita no livro das Irmandades das Misericórdias sob o n.º 60/82 fls. 74 e 74 verso, e surge com o objetivo de satisfazer as carências sociais e praticar atos de culto católico, a sua fundação data de 20 de Agosto de 1926. Tem uma história curta, com altos e baixos, como todas as histórias destas instituições, hoje é uma instituição com uma vida ativa e está muito florescente, estendendo a sua atividade a um lar de 3.ª idade, com capacidade de noventa utentes e valência de acamados, um Centro de Dia com Apoio Domiciliário e ainda a Atividade de Tempos Livres e sempre vocacionada e pronta a debruçar-se sobre toda e qualquer carência social. A sua constituição como associação e a aprovação dos primeiros estatutos datam de 29 de Abril de 1929.”

A Misericórdia da Mêda tem como fim primordial a solidariedade social e a ação social. Neste âmbito, são prosseguidos os seguintes objetivos:

#### **O apoio a idosos Centro de Apoio a Idosos**

##### Serviços Prestados

- Cuidados de saúde, higiene e bem-estar;
- Alimentação
- Tratamento de roupas;
- Organização de atividades lúdico-recreativas;
- Serviços Religiosos.



### **Lar -Fase 2**

- Capacidade internamento - 33 utentes 20 dos quais c/ acordo de cooperação com a Segurança Social.

#### Serviços Prestados

- Cuidados de saúde, higiene e bem-estar;
- Alimentação
- Tratamento de roupas;
- Organização de atividades lúdico-recreativas;
- Serviços Religiosos.

### **Centro de Dia**

- Capacidade: 30 utentes 11 dos quais c/ acordo de cooperação com a Segurança Social.

#### Serviços Prestados

- Alimentação;
- Organização de atividades lúdico-recreativas;
- Serviços Religiosos.

### **Apoio Domiciliário**

- Capacidade: 50 utentes –Acordo de Cooperação só para 36 utentes.

#### Serviços Prestados

- Alimentação;
- Higiene Pessoal;
- Higiene habitacional;
- Tratamento de roupas.

### **Lar Nossa Senhora de Fátima**

- Capacidade de internamento: 40 utentes, 28 dos quais c/ acordo de cooperação com a Segurança Social.



#### Serviços Prestados

- Cuidados de saúde, higiene e bem-estar;
- Alimentação Tratamento de roupas;
- Organização de atividades lúdico-recreativas;
- Serviços Religiosos.

#### Atividade de Tempos Livres (ATL)

- Capacidade: 50 utentes - Acordo de Cooperação só para 49 utentes.

#### Serviços Prestados

- Alimentação (Lanche);
- Acompanhamento nos trabalhos escolares;
- Organização de atividades lúdico-recreativas.

#### Cantinas Sociais

Considerando que o XIX Governo Constitucional definiu no seu programa, como um dos seus objetivos estratégicos, um amplo modelo de inovação social, que permitisse dar auxílio e respostas a situações de grave carência social é criado o Programa de Emergência Alimentar, inserido na Rede Solidária de Cantinas Sociais, que permite garantir às pessoas e/ou famílias que mais necessitam, o acesso a refeições diárias gratuitas uniu-se a Santa Casa da Misericórdia de Mèda a este programa proporcionando assim as devidas refeições aos mais carenciados.

- Capacidade: 16 utentes, todos com acordo de Cooperação.

## **2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras**

---

### **2.1 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras**

As Demonstrações Financeiras de 2021 foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2015 de 9 de Março, o qual integra o sistema de normalização contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-lei n.º 158/2009, de 13 de Julho, republicado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de Junho. No referido decreto, refere que o



Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Setor Não Lucrativos é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 24 de julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de julho; e
- Normas Interpretativas (NI).

**2.2 — Indicação e justificação das disposições da normalização contabilística para as ESNL que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.**

Não foram derogadas quaisquer disposições do sistema de normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo (ESNL) que tenham tido efeitos nas demonstrações financeiras e na imagem verdadeira e apropriada do ativo, passivo e dos resultados da entidade.

**2.3 — Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior bem como das quantias relativas ao período anterior que tenham sido ajustadas.**

Não existem quaisquer contas que não sejam comparáveis com as do ano anterior, nem foram efetuadas alterações às quantias relativas ao período anterior.

### **3. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros**

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

#### **3.1. Bases de Apresentação**

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)



### **3.1.1. Continuidade**

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

### **3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica)**

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” (Notas 11.5) e “Diferimentos” (Nota 11.5).

### **3.1.3. Consistência de Apresentação**

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

### **3.1.4. Materialidade e Agregação**

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua



apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste Anexo.

### **3.1.5. Compensação**

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

### **3.1.6. Informação Comparativa**

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta: a) a natureza da reclassificação; b) a quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e c) razão para a reclassificação.

## **3.2. Principais Políticas Contabilísticas**

### **3.2.1. Bases gerais de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras**

#### **a) Ativos Fixos Tangíveis**

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.



Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “*Outros rendimentos operacionais*” ou “*Outros gastos operacionais*”.

No “*Ativo fixo tangível*” são também reconhecidas as “*Propriedades de Investimento*”, que incluem essencialmente edifícios e outras construções detidos para obter rendimento e/ou valorização do capital. Estes ativos não se destinam à produção de bens ou ao fornecimento de serviços. Também não se destinam a fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

As “*Propriedades de Investimento*” são registadas pelo seu justo valor determinado por avaliação anual efetuada por Entidade especializada independente. São reconhecidas diretamente na Demonstração dos Resultados, na rubrica “*Aumentos/reduções de justo valor*”, as variações no justo valor das propriedades de investimento.

Só após o início da utilização dos ativos qualificados como propriedades de investimento é que são reconhecidos como tal. Estes são registados pelo seu custo de aquisição ou de produção na rubrica “*Propriedades de investimento em desenvolvimento*” até à conclusão da construção ou promoção do ativo.



Assim que terminar o referido período de construção ou promoção a diferença entre o custo de construção e o justo valor é contabilizada como “*Variação de valor das propriedades de investimento*”, que tem reflexo direto na Demonstração dos Resultados.

As despesas com manutenção, reparação, seguros, Imposto Municipal sobre Imóveis, entre outros que decorram da utilização, são reconhecidas nas respetivas rubricas da Demonstração dos Resultados. No entanto as benfeitorias que se prevê gerarem benefícios económicos futuros acrescem ao valor das Propriedades de Investimento.

#### **b) Bens do património histórico e cultural**

Os “*Bens do património histórico e cultural*” encontram-se valorizados pelo seu custo histórico. Os bens que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador.

O justo valor é aplicável aos bens, que inicialmente foram adquiridos a título oneroso, sejam contabilizados pela primeira vez e seja impossível estabelecer o seu custo histórico devido à perda desses dados. Esta mensuração também efetuada para os bens cujo valor de transação careça de relevância devido ao tempo transcorrido desde a sua aquisição ou devido às circunstâncias que a rodearam.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta “*Variações nos fundos patrimoniais*”

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como ativos se e somente se gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verificarem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período.

Os bens que são incorporados nas instalações ou elementos com uma vida útil diferente do resto do bem. Estes têm um tratamento contabilístico diferente do bem no qual são incorporados, estando registado numa conta com denominação adequada dentro do ativo. São exemplo destas incorporações: sistema de ar condicionado, iluminação, elevadores, sistemas de segurança, sistemas de anti-incêndio.

Visto não ser passível de se apreciar com o mínimo de segurança a vida útil concreta destes bens, estes não são depreciables. No entanto a entidade tem em conta a capacidade de



gerarem benefícios económicos futuros e os meios técnicos necessários para a conservação e manutenção.

As incorporações a estes bens são depreciables, sendo calculadas assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

#### **c) Ativos Intangíveis**

Os “*Ativos Intangíveis*” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as “*Despesas de investigação*” incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou utilização e para as quais seja provável gerar benefícios económicos futuros. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

O valor residual de um “*Ativo Intangível*” com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

#### **d) Investimentos financeiros**

Sempre que a Entidade tenha uma influência significativa, em empresas associadas, ou exerça o controlo nas decisões financeiras e operacionais, os “*Investimentos Financeiros*” são registados pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP). Geralmente traduz-se num investimento com uma representação entre 20% a 50% do capital de outra Entidade.



Pelo MEP as participações são registadas pelo custo de aquisição, havendo a necessidade de ajustar tendo em conta os resultados líquidos das empresas associadas ou participadas. Este ajuste é efetuado por contrapartida de gastos ou rendimentos do período e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas por imparidade acumuladas.

Aquando da aquisição da participação pode-se verificar um *Goodwill*, isto é, o excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos capitais próprios na percentagem detida, ou um *Badwill* (ou *Negative Goodwill*) quando a diferença seja negativa. O *Goodwill* encontra-se registado separadamente numa subconta própria do investimento, sendo necessário, na data de Balanço, efetuar uma avaliação dos investimentos financeiros quando existam indícios de imparidade. Havendo é realizada uma avaliação quanto à recuperabilidade do valor líquido do *Goodwill*, sendo reconhecida uma perda por imparidade se o valor deste exceder o seu valor recuperável.

Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida diretamente em resultados do período. O ganho ou perda na alienação de uma Entidade inclui o valor contabilístico do *Goodwill* relativo a essa Entidade, exceto quando o negócio a que esse *Goodwill* está afeto se mantenha a gerar benefícios para a Entidade.

De acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro 12 – Imparidade de Ativos, o *Goodwill* é amortizado, estando sujeito, como referido, a testes anuais de imparidade. Estas perdas por imparidade não são reversíveis.

#### **e) Inventários**

Os “*Inventários*” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado ou o FIFO (*first in, first out*). Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.



Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra direta e gastos gerais.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que se destinam a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados não estão diretamente relacionados com a capacidade de para ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

#### **f) Instrumentos Financeiros**

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
  - Alterações no risco segurado;
  - Alterações na taxa de câmbio;
  - Entrada em incumprimento de uma das partes;
  - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
    - Alterações no preço do bem locado;
    - Alterações na taxa de câmbio
    - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

#### Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

#### Clientes e outras contas a receber



Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

#### Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

#### Caixa e Depósitos Bancários



A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

#### Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

#### **g) Fundos Patrimoniais**

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

#### **h) Provisões**

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes



também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

#### **i) Financiamentos Obtidos**

##### Empréstimos obtidos

Os “*Empréstimo Obtidos*” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “*Encargos Financeiros*” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “*Juros e gastos similares suportados*”.

Os “*Encargos Financeiros*” de “*Empréstimos Obtidos*” relacionados com a aquisição, construção ou produção de “*Investimentos*” são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo. A capitalização destes encargos só inicia quando começam a ser incorridos dispêndios com o ativo e prolongam-se enquanto estiverem em curso as atividades indispensáveis à preparação do ativo para o seu uso ou venda. A capitalização cessa quando todas as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso ou venda estejam concluídas. Há suspensão da capitalização durante períodos extensos em que o desenvolvimento das atividades acima referidas seja interrompido. Rendimentos que advenham dos empréstimos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

##### Locações

Os contratos de locações (*leasing*) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da “*Substância sobre a forma*”, isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.



Os Ativos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.1. a) das Políticas Contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos diretos iniciais são acrescidos ao valor do ativo (poe exemplo: custos de negociação e de garantia).

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de “Fornecimentos e Serviços Externos”.

#### **j) Estado e Outros Entes Públicos**

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) *“As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;*
- b) *As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;*
- c) *As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”*

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

*“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:*

- a) *Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;*



- b) *Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;*
- c) *Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”*

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21,5% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2017 a 2021 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

### **3.2.2. Outras políticas contabilísticas**

As políticas contabilísticas apresentadas foram aplicadas de forma consistente com o previsto na NCRF-ESNL. Em cada data de balanço é efetuada uma avaliação da existência de evidências objetivas de imparidade, nomeadamente na qual resulte um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados sempre que possa ser medido de forma fiável.

### **3.2.3. Principais pressupostos relativos ao futuro**

A Entidade considera que existem condições suficientes para assumir a continuidade da sua atividade com a continuação o apoio da Segurança Social, através dos acordos de cooperação, e da gestão rigorosa dos aspetos económicos e financeiros.

### **3.2.4. Principais fontes de incerteza das estimativas**



As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

### **3.3. Alterações nas políticas contabilísticas:**

**indicação da natureza e efeitos da alteração na política contabilística e, no caso de aplicação voluntária, das razões pelas quais a aplicação da nova política contabilística proporciona informação fiável e mais relevante.**

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração, voluntária ou de outra natureza, em políticas contabilísticas.

### **3.4. Alterações nas estimativas contabilísticas: indicação do efeito no período corrente e em períodos futuros.**

A Entidade utilizou totalmente o regime do acréscimo pela primeira vez o que implica um aumento dos gastos (acrécimo de gastos). Todavia, a Entidade já havia refletido o efeito dos acréscimos de gastos associados com as remunerações dos funcionários a pagar no ano seguinte.

### **3.5. Correção de erros de períodos anteriores: indicação da natureza do erro material e dos seus impactos nas demonstrações financeiras do período.**

Além das indicadas abaixo, a Entidade não procedeu a quaisquer alterações da apresentação da informação comparativa relativa ao período anterior.



Descritivo	Débito	Crédito
Depreciações	1 568,40	
Imparidades e reversões		10 683,44
Reg cgd	2 946,23	
Irmãos	4 079,00	
Imp. rapel		11 000,00
Medicação		45 208,29
Total	8 593,63	66 891,73

### 3.6. Acontecimentos subsequentes.

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre as condições que existiam à data do balanço, ou seja, acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos, são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre as condições que ocorram após a data do balanço, ou seja acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos, são divulgados nas demonstrações financeiras, se foram considerados materialmente relevantes.

## 4. Ativos Fixos Tangíveis

### 4.1. Divulgações para cada classe de ativos fixos tangíveis:

**a) Critérios de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta;**

Todas as classes de “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados, genericamente, ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

**b) Métodos de depreciação usados;**

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.



A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, sendo que o valor residual dos bens depreciables é nulo.

**c) Vidas úteis ou taxas de depreciação usadas;**

Descrição	Vida útil estimada
Terrenos e recursos naturais	-
Edifícios e outras construções	50 anos
Edifícios e outras para a Saúde	20 anos
Equipamento básico	7 anos
Equipamento de transporte	4 anos
Equipamento biológico	-
Equipamento administrativo	5 anos
Outros Ativos fixos tangíveis	7 anos

**d) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre as adições, as revalorizações, as alienações, as depreciações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações; e**

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2020 e de 2021, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

*(valores expressos em euros)*

Quantias escrituradas e movimentos do período em ativos fixos tangíveis		Propriedades de Investimento	Ativos fixos tangíveis					Totais	
			Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de Transporte	Equipamento administrativo		Outros ativos fixos tangíveis
Em 01.01.2020	Quantias brutas escrituradas	332 538,84	149 988,53	5 515 576,87	1 049 547,82	103 646,17	81 361,35	23 077,35	7 255 736,93
	Depreciações acumuladas			(2 521 316,83)	(794 799,63)	(103 646,17)	(77 087,97)	(19 549,09)	(3 516 399,69)
	Perdas por imparidade acumuladas								
	Quantias líquidas escrituradas	332 538,84	149 988,53	2 994 260,04	254 748,19		4 273,38	3 528,26	3 739 337,24
Movimentos do período 2020	Adições				2 477,29				2 477,29
	Depreciações			(124 085,93)	(49 568,19)		(1 108,40)	(702,58)	(175 465,10)
	Aquisições								
	Aumentos de depreciações								
Em 31.12.2020	Quantias brutas escrituradas	332 538,84	149 988,53	5 515 576,87	1 052 025,11	103 646,17	81 361,35	23 077,35	7 258 214,22
	Depreciações acumuladas			(2 645 402,76)	(844 367,82)	(103 646,17)	(78 196,37)	(20 251,67)	(3 691 864,79)
	Perdas por imparidade acumuladas								
	Quantias líquidas escrituradas	332 538,84	149 988,53	2 870 174,11	207 657,29		3 164,98	2 825,68	3 566 349,43
Movimentos do período 2021	Adições				6 932,67				6 932,67
	Transferências			6 505,45			48,95	1 401,55	7 955,95
	Outras				(9 889,07)				(9 889,07)
	Depreciações			(126 655,68)	(22 995,52)		(1 025,40)	(521,22)	(151 197,82)
Em 31.12.2021	Quantias brutas escrituradas	332 538,84	149 988,53	5 522 082,32	1 049 068,71	103 646,17	81 410,30	24 478,90	7 263 213,77
	Depreciações acumuladas			(2 772 058,44)	(867 363,34)	(103 646,17)	(79 221,77)	(20 772,89)	(3 843 062,61)
	Perdas por imparidade acumuladas								
	Quantias líquidas escrituradas	332 538,84	149 988,53	2 750 023,88	181 705,37		2 188,53	3 706,01	3 420 151,16

**e) Quantia e natureza dos bens do património histórico, artístico e cultural.**

A entidade não possui qualquer bem do património histórico, artístico e cultural.



#### **4.2. Divulgações sobre restrições, garantias e compromissos:**

- a) **Existência e quantias de restrições de titularidade de ativos fixos tangíveis que sejam dados como garantia de passivos; e**
- b) **Quantia de compromissos contratuais para aquisição de ativos fixos tangíveis**

A entidade não possui qualquer bem com restrições de titularidade dados em garantia nem sujeitos a qualquer tipo de compromisso.

#### **4.3. Se os itens do ativo fixo tangível forem expressos por quantias revalorizadas, deve ser divulgado o seguinte:**

- a) **A data de eficácia da revalorização;**
- b) **Os métodos e pressupostos aplicados nessa revalorização;**
- c) **Movimentos ocorridos no excedente de revalorização durante o período, com uma explicação do tratamento fiscal dos elementos nele contidos; e**
- d) **A quantia escriturada no balanço que teria sido reconhecida se os ativos fixos tangíveis não tivessem sido revalorizados.**

A entidade não possui qualquer bem do ativo fixo sujeito a revalorizações .

### **5. Ativos Intangíveis**

---

#### **5.1. Divulgações para cada classe de ativos intangíveis, distinguindo entre os ativos intangíveis gerados internamente e outros ativos intangíveis:**

- a) **Se as vidas úteis são indefinidas ou finitas, os métodos e as correspondentes taxas de amortização usadas, bem como as razões que apoiam a avaliação de uma vida útil indefinida;**
- b) **Explicação das situações excepcionais em que se justifique a não utilização do prazo máximo de 10 anos para a amortização dos ativos intangíveis com vidas úteis indefinidas; e**



**c) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre as adições, as revalorizações, as alienações, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações.**

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2020 e de 2021, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

(valores expressos em euros)

Quantias escrituradas e movimentos do período em ativos intangíveis com vida útil finita		Ativos intangíveis		Totais
		Programas de computador		
		Outros		
Em 01.01.2020	Quantias brutas escrituradas	4 538,05	4 538,05	4 538,05
	Amortizações acumuladas	(4 538,05)	(4 538,05)	(4 538,05)
	Perdas por imparidade acumuladas			
	Quantias líquidas escrituradas			
Em 31.12.2020	Quantias brutas escrituradas	4 538,05	4 538,05	4 538,05
	Amortizações acumuladas	(4 538,05)	(4 538,05)	(4 538,05)
	Perdas por imparidade acumuladas			
	Quantias líquidas escrituradas			
Em 31.12.2021	Quantias brutas escrituradas	4 538,05	4 538,05	4 538,05
	Amortizações acumuladas	(4 538,05)	(4 538,05)	(4 538,05)
	Perdas por imparidade acumuladas			
	Quantias líquidas escrituradas			



## 5.2. Divulgações sobre restrições, garantias e compromissos:

- a) Existência e quantias de restrições de titularidade de ativos intangíveis que sejam dados como garantia de passivos; e
- b) Quantia de compromissos contratuais para aquisição de ativos intangíveis.

Inexistência de qualquer situação a relatar.

## 6. Custos de Empréstimos Obtidos

---

### 6.1. Indicação da quantia de custos de empréstimos obtidos capitalizada durante o período, discriminada por naturezas de ativos que se qualificam.

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos. Note-se que a Entidade não tem qualquer financiamento bancário.

## 7. Inventários

---

### 7.1. Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários, incluindo a fórmula de custeio usada.

### 7.2. Quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada em classificações apropriadas para a entidade.

### 7.3. Quantia de qualquer ajustamento de inventários reconhecida como um gasto do período, bem como de qualquer reversão de ajustamento que tenha sido reconhecida como uma redução na quantia de inventários reconhecida como gasto do período, e circunstâncias ou acontecimentos que conduziram a tal reversão.

Em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020 a rubrica “*Inventários*” apresentava os seguintes valores:



## Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021

(valores expressos em euros)

Quantias escrituradas de inventários		Mercadorias e matérias de consumo			Inventários de produção			Totais
		Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Subtotais	Produtos acabados e intermédios	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	Produtos e trabalhos em curso	
31.12.2021	Inventários armazenados na entidade		23 933,72	23 933,72				23 933,72
	Inventários que se encontram fora da entidade	Em trânsito						
		Em poder de terceiros						
	Adiantamentos por conta de compras com preço previamente fixado							
	Perdas por imparidade							
			23 933,72	23 933,72				23 933,72
31.12.2020	Inventários armazenados na entidade		33 023,15	33 023,15				33 023,15
	Inventários que se encontram fora da entidade	Em trânsito						
		Em poder de terceiros						
	Adiantamentos por conta de compras com preço previamente fixado							
	Perdas por imparidade							
			33 023,15	33 023,15				33 023,15

De referir que os valores da rubrica “*Matérias-primas, subsidiárias e de consumo*” se desdobram da seguinte forma:

- Géneros alimentares: 8 162,97€
- Fraldas: 0 €
- Produtos de Higiene Corporal: 15 755,59€
- Produtos de Higiene Geral: 0 €
- Produtos de Enfermagem: 15,16€

O quadro abaixo, demonstra o desdobramento do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:



Quantias reconhecidas como gastos durante o período com relação às mercadorias e às matérias de consumo			Período 2021			Período 2020			
			Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Totais	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Totais	
Demonstração do custo das	Inventários no começo do período	+		33 023,15	33 023,15		36 465,47	36 465,47	
	Compras	+		378 236,81	378 236,81		418 004,03	418 004,03	
	Inventários no fim do período	-		23 933,72	23 933,72		33 023,15	33 023,15	
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas			=		387 326,24	387 326,24		421 446,35	421 446,35
Totais			=		387 326,24	387 326,24		421 446,35	421 446,35

## 8. Rendimentos e Gastos

### 8.1. Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvam a prestação de serviços.

O reconhecimento do rédito (e respectivos gastos) de uma transação são efetuados em função da fase de acabamento, ou seja, através do método da percentagem de acabamento, conforme disposto no parágrafo 20 da NCRF 20. Os procedimentos de reconhecimento do rédito das prestações de serviços pelo método da percentagem de acabamento apenas devem ser aplicados quando entre a data em que a atividade do trabalho é iniciada e a data em que a atividade é concluída ocorram em períodos contabilísticos diferentes, ou seja, quando sejam trabalhos plurianuais.

### 8.2. Quantia e natureza de elementos isolados de rendimentos ou dos gastos cuja dimensão ou incidência sejam excepcionais.

Inexistência de rendimentos excepcionais

### 8.3. Rédito

Para os períodos de 2021 e 2020 foram reconhecidos os seguintes Réditos:



(valores expressos em euros)

Quantias dos réditos reconhecidas no período	Período 2021			Período 2020		
	Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no período	Variação percentual face aos réditos reconhecidos no período anterior	Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no período	Variação percentual face aos réditos reconhecidos no período anterior
Venda de bens						
Prestação de serviços	1 028 392,07	90,82%	(9,28%)	1 133 529,56	90,92%	(0,57%)
Juros						
Rendas	103 971,27	9,18%	(8,11%)	113 146,32	9,08%	21,40%
Royalties						
Dividendos						
Totais	1 132 363,34	100,00%	-9,17%	1 246 675,88	100,00%	1,09%

## 9. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

9.1. Reconciliação, para cada classe de provisões, da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre os aumentos, as reduções e as reversões.

9.2. Breve descrição da natureza e quantia de cada classe de passivos contingentes à data do balanço.

9.3. Breve descrição da natureza e quantia de cada classe de ativos contingentes à data do balanço, cujo influxo de benefícios económicos é provável.

9.4. Indicação do valor dos Fundos Permanentes por modalidade associativa das Mutualidades e do património líquido que lhes está afeto, bem como do respetivo grau de cobertura face às Provisões matemáticas necessárias.

Não foram consideradas quaisquer provisões, passivos contingentes ou ativos contingentes

## 10. Subsídios e outros apoios das Entidades Públicas

10.1. Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre os aumentos e as reduções dos subsídios das entidades públicas reconhecidos nos fundos patrimoniais.

10.2. Benefícios sem valor atribuído, materialmente relevantes, obtidos de terceiras entidades.



### 10.3. Principais doadores

A 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

(valores expressos em euros) 2 021

Relação dos subsídios obtidos			Medida de incentivo				Período de concessão		Quantias concedidas		
			Medida	Entidade concedente	Objeto do incentivo	Forma de concessão	Começo	Fim	Já recebidas	Por receber	Total
Não reembolsáveis	Subsídios relacionados com ativos	Fundo Rainha D. Leonor									
		...									
	Subsídios relacionados com rendimentos	Segurança Social	Acordo de Cooperação	Segurança Social	Apoio a atividade	Permanente	1-jan-21	31-dez-21	805 031,78		805 031,78
		POPH	Projeto	POPH	Apoio a atividade	Projeto	1-jan-21	31-dez-21	94 699,45		94 699,45
		IEFP	Projeto	IEFP	Apoio a atividade	Projeto	1-jan-21	31-dez-21	48 520,36		48 520,36
		Segurança Social	Projeto	COVID-19	Apoio a atividade	Projeto	1-jan-21	31-dez-21	5 000,00		5 000,00
		IAPMEI	Projeto	IAPMEI	Apoio a atividade	Projeto	1-jan-21	31-dez-21	5 661,50		5 661,50
PAC-PO APMC/2018	Projeto	PAC-PO APMC/2018	Apoio a atividade	Projeto	1-jan-21	31-dez-21	589,66		589,66		
							959 502,75		959 502,75		
Reembolsáveis	...										
	...										
Totais								959 502,75		959 502,75	

(valores expressos em euros) 2020

Relação dos subsídios obtidos			Medida de incentivo				Período de concessão		Quantias concedidas		
			Medida	Entidade concedente	Objeto do incentivo	Forma de concessão	Começo	Fim	Já recebidas	Por receber	Total
Não reembolsáveis	Subsídios relacionados com ativos	Fundo Rainha D. Leonor									
		...									
	Subsídios relacionados com rendimentos	Segurança Social	Acordo de Cooperação	Segurança Social	Apoio a atividade	Permanente	1-jan-20	31-dez-20	676 466,28		676 466,28
		CLDS/POISE	Projeto	CLDS/POISE	Apoio a atividade	Projeto	1-jan-20	31-dez-20	63 985,80		63 985,80
		IEFP	Projeto	IEFP	Apoio a atividade	Projeto	1-jan-20	31-dez-20	26 308,86		26 308,86
		Segurança Social	Projeto	COVID-19	Apoio a atividade	Projeto	1-jan-20	31-dez-20	12 999,99		12 999,99
PAC-PO APMC/2018	Projeto	PAC-PO APMC/2018	Apoio a atividade	Projeto	1-jan-20	31-dez-20	2 532,78		2 532,78		
							782 293,71		782 293,71		
Reembolsáveis	...										
	...										
Totais								782 293,71		782 293,71	



Quantias dos subsídios reconhecidas na demonstração dos resultados e no balanço			Período 2021					Período 2020				
			Demonstração dos resultados		Balanço			Demonstração dos resultados		Balanço		
			Reconhecidas como subsídios à exploração	Imputadas em outros rendimentos e ganhos	Reconhecidas nos fundos patrimoniais (Outras variações nos fundos patrimoniais)	Reconhecidas no passivo		Reconhecidas como subsídios à exploração	Imputadas em outros rendimentos e ganhos	Reconhecidas nos fundos patrimoniais (Outras variações nos fundos patrimoniais)	Reconhecidas no passivo	
			Como rendimentos a reconhecer (Diferimentos)	Como passivos a reembolsar				Como rendimentos a reconhecer (Diferimentos)	Como passivos a reembolsar			
Não reembolsáveis	Subsídios relacionados com ativos	Fundo Rainha D. Leonor	10 897,08	256 411,68			10 897,08	267 308,76				
		...										
			10 897,08	256 411,68			10 897,08	267 308,76				
	Subsídios relacionados com rendimentos	Segurança Social	805 031,78				676 466,28					
		CLDS/POISE					63 985,80					
		POPH	94 699,45									
		IEFP	48 520,36				26 308,86					
		Segurança Social	5 000,00				12 999,99					
		IAP/VEI	5 661,50									
		PAC-PO A P/MC/2018	589,66				2 532,78					
		959 502,75				782 293,71						
Reembolsáveis												
Totais		970 399,83	256 411,68			793 190,79	267 308,76					

## 11. Instrumentos Financeiros

### 11.1. Bases de mensuração e políticas contabilísticas relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras, utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros.

As bases de mensuração e políticas contabilísticas relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras, utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros, são apresentadas no ponto 3.2.1. f) deste Anexo.

### 11.2. Instrumentos financeiros mensurados ao justo valor:

- Cotação de mercado (instrumentos com fácil identificação de mercado líquido e regulamentado);
- Principais pressupostos subjacentes aos modelos e técnicas de avaliação geralmente aceites, utilizados para a mensuração dos instrumentos financeiros relativamente aos quais não é facilmente identificável um mercado líquido e regulamentado;
- Justo valor, alterações no justo valor inscritas diretamente na demonstração de resultados e alterações de justo valor inscritas nos fundos patrimoniais, para cada categoria de instrumentos financeiros; e



- d) Volume e natureza de cada categoria de instrumentos financeiros derivados, principais modalidades, e condições que possam afetar o montante, o calendário e o grau de certeza dos fluxos de caixa futuros.

A entidade não possui instrumentos financeiros mensurados ao justo valor.

### 11.3. Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre os aumentos e as reduções das diferentes naturezas de itens de cada rubrica dos fundos patrimoniais.

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

(valores expressos em euros)

Fundos Patrimoniais	Saldo em 1-jan-2020	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-dez-2020	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-dez-2021
Fundos	140 215,31			140 215,31			140 215,31
Excedentes Teóricos							
Reservas							
Resultados transitados	2 314 690,64		170 630,15	2 144 060,49	58 298,10	63 123,80	2 139 234,79
Excedentes de Revalorização							
Outras variações nos fundos patrimoniais	1 436 574,31		10 897,08	1 425 677,23		10 897,08	1 414 780,15
Resultado Líquido do Período	(170 630,15)	170 630,15	63 123,80	(63 123,80)	63 123,80	77 875,33	(77 875,33)
	3 720 850,11	170 630,15	244 651,03	3 646 829,23	121 421,90	151 896,21	3 616 354,92

### 11.4. Quantia escriturada de ativos financeiros dados em garantia, penhor ou promessa de penhor e termos e condições relativos à garantia, penhor ou promessa de penhor.

A entidade não deu em garantia, penhor ou promessa de penhor qualquer ativo financeiro.

### 11.5. Dívidas da entidade reconhecidas à data do balanço:

- a) Quantia das dívidas com duração residual superior a cinco anos; e
- b) Quantia de todas as dívidas cobertas por garantias reais prestadas pela entidade, e indicação da natureza e da forma dessas garantias.



Nos períodos de 2021 e 2020, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

(valores expressos em euros)

Investimentos Financeiros	Período 2021	Período 2020
Fundo de Compensação do trabalho	14 840,76	11 306,42
...		
	14 840,76	11 306,42

Nos períodos de 2021 e 2020, a Entidade detinha os seguintes “Ativos e passivos financeiros mensurados ao custo”:

(valores expressos em euros)

Reconciliação entre as quantias brutas e as quantias líquidas por classe de ativos e passivos financeiros mensurados ao custo menos qualquer perda por imparidade		Período 2021			Período 2020		
		Quantias brutas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantias líquidas	Quantias brutas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantias líquidas
Ativos financeiros	Créditos a receber	301 804,11	(148 760,06)	153 044,05	258 100,29	(154 580,06)	103 520,23
	Fundadores / beneméritos / patrocinadores / doadores / associados / membros						
	Estado e outros entes públicos	2 376,67		2 376,67	7 497,30		7 497,30
	Outros ativos correntes	174 021,13		174 021,13	233 515,89		233 515,89
	...						
		478 201,91	(148 760,06)	329 441,85	499 113,48	(154 580,06)	344 533,42
Passivos financeiros	Fornecedores	135 004,64		135 004,64	146 274,62		146 274,62
	Fundadores / beneméritos / patrocinadores / doadores / associados / membros						
	Estado e outros entes públicos	29 750,16		29 750,16	27 527,79		27 527,79
	Outros passivos correntes	236 856,90		236 856,90	242 351,65		242 351,65
		401 611,70		401 611,70	416 154,06		416 154,06



## Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021

No que se refere ao “Estado e outros entes públicos” é apresentada a seguinte discriminação dos valores da tabela abaixo:

(valores expressos em euros)

Estado e Outros Entes Públicos	Período 2021			Período 2020		
	Débito	Crédito		Débito	Crédito	
IRC - Tributações autónomas						
IRS - Retenções na fonte		5 207,91	(5 207,91)		2 935,00	(2 935,00)
IVA	2 376,67		2 376,67	7 497,30		7 497,30
Segurança Social		23 993,67	(23 993,67)		23 399,30	(23 399,30)
FCT / FGCT		548,58	(548,58)		1 193,49	(1 193,49)
Outras Dívidas AT						
	2 376,67	29 750,16	(27 373,49)	7 497,30	27 527,79	(20 030,49)

No que se refere aos “Outros ativos correntes” é apresentada a seguinte discriminação dos valores da tabela abaixo:

(valores expressos em euros)

Outros ativos correntes	Período 2021	Período 2020
Pessoal		
Outros devedores	173 820,53	214 970,00
Saldos devedores de fornecedores	200,60	1 149,40
Acréscimo de Rendimentos	0	17 396,49
	174 021,13	233 515,89



No que se refere aos “*Outros passivos correntes*” é apresentada a seguinte discriminação dos valores da tabela abaixo:

(valores expressos em euros)

<b>Outros passivos correntes</b>	<b>Período 2021</b>	<b>Período 2020</b>
Remunerações a pagar		912,43
Fornecedores de investimento	10 820,70	22 834,42
Credores por acréscimos de gastos	193 631,11	191 268,72
Outros devedores e credores	32 030,77	26 302,57
Adiantamentos de clientes	374,32	374,32
Clientes saldos credores		659,19
	236 856,90	242 351,65

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a rubrica “*Diferimentos*” englobava os seguintes saldos:

(valores expressos em euros)

<b>Diferimentos</b>	<b>Período 2021</b>	<b>Período 2020</b>
<b>Ativo</b>		
Seguros Automovel	798,96	1 355,81
Seguros Multiriscos Riscos	3 880,63	2 940,71
Seguros Acidenes pessoais	563,07	369,35
Contrato Assistência F3M	1 054,37	1 194,64
Seguro Acidentes de Trabalho	6 981,51	6 608,49
Outros	232,47	99,63
	13 511,01	12 568,63
<b>Passivo</b>		
IEFP	4 603,93	
POISE CLDS	131 655,29	181 082,16
Petrogal	33 000,00	
FUNDO RAINHA D. LEONOR		
Rendas	10 283,19	10 343,05
PAC-PO AMPC/2018		
	179 542,41	191 425,21



A Entidade não detinha, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, investimentos em *outros ativos financeiros*.

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2021 e 2020, encontrava-se com os seguintes saldos:

(valores expressos em euros)

<b>Caixa e Depósitos Bancários</b>	<b>Período 2021</b>	<b>Período 2020</b>
Caixa	5 165,80	38,12
Depósitos à Ordem	390 464,73	286 089,30
Depósitos a prazo	0	500,00
Outros		
	395 630,53	286 627,42

#### **11.6. Ajustamentos de valor reconhecidos no período para cada natureza de instrumentos financeiros não mensurados ao justo valor.**

Os ajustamentos, nomeadamente os relativos a imparidades, são apresentados no ponto 11.5 deste Anexo.

#### **11.7. Dívidas à entidade reconhecidas à data do balanço e cuja duração residual seja superior a um ano:**

- a) **Créditos resultantes de vendas e de prestações de serviços;**
- b) **Créditos sobre entidades subsidiárias e associadas;**
- c) **Outros créditos;**
- d) **Fundos subscritos e não realizados;**
- e) **Diferimentos.**

A Entidade não reconheceu, nos períodos em análise, dívidas a receber cuja duração seja superior a um ano.

**11.8. Dívidas da entidade reconhecidas à data do balanço e cuja duração residual seja superior a um ano:**

- a) Empréstimos por obrigações;
- b) Dívidas a instituições de crédito;
- c) Adiantamentos recebidos sobre encomendas;
- d) Dívidas por compras e prestações de serviço;
- e) Dívidas representadas por letras e outros títulos a pagar;
- f) Dívidas a entidades subsidiárias e associadas;
- g) Outras dívidas;
- h) Diferimentos.

A Entidade não apresenta dívidas com maturidade superior a um ano e apresentadas no passivo não corrente.

**12. Subsídios, doações e legados à exploração**

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2021 e 2020, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

*(valores expressos em euros)*

<b>Subsídios e Doações</b>	<b>Período 2021</b>	<b>Período 2020</b>
<b>Doações</b>	2 603,99	888,06
Ativo Fixo Tangível		
Donativos particulares e empresas	2 603,99	888,06
<b>Subsídios ao Investimento</b>	10 897,08	10 897,08
Imputação a rendimento	10 897,08	10 897,08
<b>Subsídios à exploração</b>	953 841,25	782 293,71
Subsídios – Instituto Solidariedade e Segurança Social	805 031,78	676 466,28
POPH	94 699,45	63 985,80
IEFP	48 520,36	26 308,86
COVID-19	5 000,00	12 999,99
PAC-PO APMC/2018	589,66	2 532,78
	964 738,33	793 190,79

Os “Subsídios e Apoios do Governo” estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 10.



### 13. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, foi a seguinte:

<i>(valores expressos em euros)</i>			<i>(valores expressos em euros)</i>		
<b>Fornecimentos e Serviços Externos</b>	<b>Período 2021</b>	<b>Período 2020</b>	<b>Fornecimentos e Serviços Externos</b>	<b>Período 2021</b>	<b>Período 2020</b>
Trabalhos especializados	29 321,72	12 185,69	Combustíveis	92 817,46	89 892,01
Vigilância e segurança	0,00	631,25	Água	4 377,63	3 552,42
Honorários	48 010,13	33 966,71	Deslocações e estadas	453,05	44,18
Conservação e reparação	73 656,42	35 342,11	Rendas e alugueres	1 158,09	1 614,95
Serviços bancários	701,47	240,46	Comunicação	7 180,60	6 254,15
Ferramentas e utens. desgaste rápido	18 799,42	4 457,87	Seguros	10 354,33	8 318,88
Material de escritório	4 932,15	10 312,52	Contencioso e notariado	1 000,66	118,08
Artigos para oferta	1 908,41	2 131,88	Limpeza, higiene e conforto	7 103,20	23 394,42
Restantes Materiais	457,15	176,93	Outros serviços	2 268,41	3 375,91
Electricidade	41 132,52	36 070,62	Outros	0,00	100,15
				345 632,82	272 181,19

### 14. Outros rendimentos e Outros gastos

#### 14.1. Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” encontra-se dividida da seguinte forma:

<i>(valores expressos em euros)</i>		
<b>Outros Rendimentos e Ganhos</b>	<b>Período 2021</b>	<b>Período 2020</b>
Rendimentos suplementares	929,53	
Descontos de pronto pagamento obtidos		
Recuperação de dívidas a receber		
Ganhos em inventários	1 877,00	2 887,47
Rendimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos		695,10
Rendimentos e ganhos nos restantes activos financeiros		
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	142 042,19	113 146,32
Outros	28 738,94	11 544,57
	173 587,66	128 273,46



## 14.2. Outros gastos e perdas

A rubrica de “Outros gastos e perdas” encontra-se dividida da seguinte forma:

(valores expressos em euros)

<b>Outros Gastos e Perdas</b>	<b>Período 2021</b>	<b>Período 2020</b>
Impostos	1 759,77	1 895,84
Descontos de pronto pagamento concedidos		
Dívidas incobráveis		
Perdas em inventários		
Gastos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos		
Gastos e perdas nos restantes investimentos financeiros		
Gastos e perdas em investimentos não financeiros		
Outros	7 599,00	5 319,58
	9 358,77	7 215,42

## 15. Resultados Financeiros

Nos períodos de 2021 e 2020 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

(valores expressos em euros)

<b>Resultados Financeiros</b>	<b>Período 2021</b>	<b>Período 2020</b>
<b>Juros e rendimentos similares obtidos</b>		
Juros obtidos		
Outros rendimentos similares		
<b>Juros e gastos similares suportados</b>	11,66	1,17
Juros suportados		1,17
Custas e Taxas		
Outros gastos e perdas de financiamento	11,66	
	(11,66)	(1,17)



## 16. Benefícios dos empregados

16.1. Número médio de empregados durante o período a que se referem as demonstrações financeiras e número de membros dos órgãos de administração, de direção ou de supervisão e alterações no mesmo período ocorridas.

16.2. Compromissos existentes em matéria de pensões.

16.3. Membros dos órgãos de administração, de direção ou de supervisão:

- a) Quantias dos adiantamentos e dos créditos concedidos, taxas de juro, principais condições e quantias reembolsadas, amortizadas ou objeto de renúncia;
- b) Compromissos assumidos em seu nome a título de garantias de qualquer natureza, e quantia global para cada categoria; e
- c) Remunerações dos órgãos de administração, de direção ou de supervisão.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade é o apresentado no quadro seguinte:

Colaboradores durante o período	Período 2021		Período 2020	
	Número de colaboradores no final do período	Média de colaboradores durante o período	Número de colaboradores no final do período	Média de colaboradores durante o período
Membros dos órgãos diretivos	5	5	5	5
Empregados	112	109	104	98



Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

(valores expressos em euros)

Gastos com os funcionários	Período 2021	Período 2020
Remunerações dos Órgãos Sociais		
Remunerações ao Pessoal	1 112 250,80	1 016 593,56
Benefícios pós-emprego		
Encargos sobre remunerações	221 487,29	204 619,83
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	13 992,53	13 026,81
Gastos em ações social		
Outros gastos com o pessoal	7 213,87	
Totais	1 354 944,49	1 234 240,20

## 17. Acontecimentos após data de Balanço

### 17.1. Natureza e efeitos financeiros dos eventos materiais surgidos após a data do balanço, não refletidos na demonstração de resultados nem no balanço.

À data da elaboração deste relatório, Portugal e o mundo continuam a enfrentar, com dificuldade e preocupação, a Pandemia provocada pela disseminação generalizada do vírus Covid-19, tendo sido decretado diversos estados de Emergência, não se conhecendo, nem sendo possível antecipar, a extensão dos seus efeitos e das possíveis limitações que enfrentaremos no futuro, acreditando e apresentando o presente relatório assente no princípio da continuidade.

A pandemia do Covid-19, poderá vir a ter impacto direto e indireto nos nossos Utentes/Clientes, Fornecedores, Colaboradores e outras partes envolvidas no negócio.

A magnitude, extensão e durabilidade do atual momento de incerteza, torna a avaliação dos seus impactos diretos e indiretos, num exercício árduo e incerto. Pelo que à data de hoje a Misericórdia não tem informação disponível para proceder à sua eventual quantificação.

A Misericórdia está neste momento a gerir o seu plano de atividades e a trabalhar com o objetivo de encontrar soluções para dar resposta à procura da instituição, dentro dos trâmites legais instituídos pela Direção Geral de Saúde.



A Misericórdia tem procurado assegurar o bem-estar permanente de todos os Colaboradores e procedeu à implementação de um conjunto de ações preventivas acrescidas para proteger a sua saúde e segurança, tendo por base as recomendações da Direção Geral de Saúde para fazer face à pandemia.

A 24 de fevereiro 2022 a Rússia iniciou a invasão da Ucrânia. Como resposta várias jurisdições impuseram sanções económicas à Rússia e à Bielorrússia que têm vindo a ser seguidas por um número crescente de empresas públicas e privadas que anunciaram ações voluntárias para reduzir as atividades comerciais com esses países.

A Entidade tem procurado acompanhar, antecipar e mitigar os impactos da pandemia COVID19, tanto na vertente sanitária como económico-financeira, bem como nas atividades desenvolvidos. A Entidade tem ainda vindo a acompanhar a evolução do impacto da guerra da Rússia - Ucrânia no custo das matérias primas e da energia.

A entidade permanecerá atenta e cuidadosa perante os riscos que poderão surgir para a sua área de atuação, quer em termos operacionais, de investimento ou financeiros. Existe convicção de que com prevenção, serenidade e em conjugação de esforços com os parceiros se está preparado para enfrentar este desafio.

De 31 de dezembro de 2021 até à data de emissão este relatório, não ocorreram outros factos relevantes que possam vir a afetar materialmente a posição financeira e os resultados futuros da instituição.

## **18. Divulgações exigidas por outros diplomas legais**

---

### **18.1. Quantia agregada do dispêndio de pesquisa e desenvolvimento reconhecido como um gasto durante o período.**

A Entidade não efetuou qualquer dispêndio de pesquisa e desenvolvimento reconhecido em gastos.

### **18.2. Outras divulgações**

Nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro, em 31 de dezembro de 2021, a Entidade não apresentava dívidas ao Estado em mora.



Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que, em 31 de dezembro de 2021, a Entidade não tinha dívidas em mora à Segurança Social. À data de elaboração do presente Anexo a Entidade tinha a situação tributária regularizada perante a Administração Tributária e Aduaneira e perante a Segurança Social.

## **19. Outras divulgações**

---

### **19.1. Operações contratadas pela entidade com partes relacionadas:**

- a) **Quantias dessas operações e natureza da relação com a parte relacionada; e**
- b) **Outras informações sobre as operações necessárias para apreciar a posição financeira da entidade (divulgação limitada às operações contratadas com fundadores/patrocinadores/ doadores/associados/membros e com membros dos órgãos de administração, de direção ou de supervisão da entidade).**

### **19.2. Outras divulgações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados.**

Não existem entidades relacionadas nem outras divulgações relevantes a efetuar que permitam melhorar a compreensão da posição financeira e dos resultados da Entidade.

A atividade desenvolvida no exercício de 2021 refletiu os efeitos da pandemia COVID-19, nomeadamente os diferentes períodos de confinamento implementados. O seu impacto na atividade operacional refletiu-se na diminuição de frequência e respetivos dos valores faturados aos utentes, pelo facto de naqueles períodos ter diminuído o volume de atividade. Todavia, a Misericórdia continuou a receber os valores normais e anteriormente previstos nos acordos de cooperação com a segurança social, pelo que o impacto nas contas foi diminuto.

De notar que, tendo em conta a atividade desenvolvida em prol dos utentes, é expectável que o nível de atividade permaneça em virtude da necessidade dos utentes, ou até aumente.

A Misericórdia tem procurado acompanhar, antecipar e mitigar os impactos da pandemia COVID19, tanto na vertente sanitária como económico-financeira, nas diversas valências desenvolvidas.

Simultaneamente, a Misericórdia aderiu a diversos apoios do IEFP na contratação de funcionários e a apoios para efeitos de combate ao COVID-19, nomeadamente para aquisição de EPI e afins, destinado a Instituições de Solidariedade Social.



A Misericórdia evidencia, atualmente, uma sólida geração de cash-flow e uma posição financeira reforçada, sendo convicção da Mesa Administrativa, que face à sua situação financeira e de liquidez, ultrapassará os impactos negativos desta crise, sem que esteja em causa o princípio da continuidade, aplicado na preparação das presentes demonstrações financeiras consolidadas. Também os fundos patrimoniais evidenciam já uma situação patrimonial bastante positiva.

A Misericórdia apresenta um plano de continuidade assente na sua atividade operacional junto dos utentes e que está protocolada como a Segurança Social, bem como nos planos de investimento e de candidaturas a apoios financeiros ao investimento e aos projetos de empregabilidade dos utentes.

Os planos que têm vindo a ser programados procuram assegurar a capacidade de cumprimento de todos os deveres legais e regulatórios, nomeadamente de reporte de informação e de salvaguarda dos direitos dos utentes.

Mêda, 15 de março de 2022

Nélio dos Santos Patrício Sousa

---

**O Contabilista Certificado**

---

**A Mesa Administrativa**

Anselmo Antunes de Sousa

Jorge Adalberto Marques Daniel

António João do Nascimento

Luís Filipe Branco Lopes

António José Borges Prata



## **PARECER DO CONSELHO FISCAL**

Em cumprimento das disposições estatutárias, vimos, no exercício das nossas competências, apresentar o relatório sobre a ação fiscalizadora que efetuámos e dar o Parecer sobre os documentos de prestação de contas apresentados pela Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Mêda (doravante designada Instituição), relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2021.

Acompanhámos o desenvolvimento da atividade da Instituição, procedendo à verificação dos registos contabilísticos e documentos de suporte, tendo sempre obtido da Mesa Administrativa, os esclarecimentos, as informações e os documentos solicitados.

Verificámos que as demonstrações financeiras, incluídas no conjunto dos documentos de prestação de contas, foram corretamente elaboradas e contabilizadas, tendo como base o Sistema de Normalização Contabilística para as entidades do sector não lucrativo.

Analisámos, também, o relatório da Mesa Administrativa, que relata os aspetos mais significativos das atividades e ações que foram desenvolvidas pela Instituição.

Face ao exposto, concluímos que o Relatório de Gestão, a Demonstração de Resultados e o Balanço exprimem de forma correta e verdadeira a situação patrimonial da Instituição, pelo que damos o nosso parecer favorável aos respetivos documentos.

Mêda, 15 de março de 2022

O CONSELHO FISCAL,

---

Carlos Manuel Ferreira Sampaio

Presidente

---

Cristina Sofia Ferreira Coelho Sequeira

Vogal

---

Palmira Maria Sião Martins Carneiro

Vogal

---

**ACTAS**

---

**Ata n. 1 do Ano de 2022**

Aos quinze dias do mês de Março, do ano de dois mil e vinte e dois, pelas dezanove horas e trinta minutos, reuniu o Conselho Fiscal da Santa Casa da Misericórdia de Meda, pessoa coletiva N° 501 233 296, com sede na Avenida Gago Coutinho e Sacadura Cabral, União de Freguesias de Meda, Outeiro de Gatos e Fonte Longa. Reuniu este Conselho Fiscal para nos termos do n° 1 do art 31 do Compromisso da Misericórdia de Meda emitir parecer sobre o Relatório e Contas de Gerência referentes ao exercício de 2021 e demais elementos, em sessão ordinária. -----

-----  
Encontravam-se presentes os seguintes membros do Conselho Fiscal: Carlos Manuel Ferreira Sampaio, Cristina Sofia Ferreira Coelho Sequeira e Palmira Maria Sião Martins Carneiro, representado pela sua totalidade.-----

----- Presidiu à Reunião o Senhor Presidente do Conselho Fiscal, verificando encontrarem-se reunidos a maioria dos membros, declarou a reunião validamente constituída e em condições de deliberar, nos termos do Artigo N° 19 do Compromisso. -----

Iniciados os trabalhos, o Senhor Presidente do Conselho Fiscal, deu como aberta a reunião, esteve presente na reunião prestando todos os esclarecimentos o Contabilista Certificado, Dr. Nélio dos Santos Patrício Sousa e o Sr. Provedor Dr. Anselmo Antunes de Sousa. -----

Depois de uma análise pormenorizada ao Balanço e Demonstração de Resultados e demais peças contabilísticas nomeadamente balancetes analíticos antes e após apuramento, demonstrações de resultados de valências, Ativos fixos tangíveis, propriedades de investimento e ativos intangíveis, concluiu-se que o Balanço evidencia um total de ativo líquido de 4.197.509,03 euros, um passivo de 501.154,11 euros e um fundo patrimonial de 3.616.354,92 euros sendo o resultado líquido do exercício negativo no valor de 77.875,33 euros.

Foram ainda analisadas as contas de disponibilidades incluindo depósitos a prazo que evidenciavam um saldo em 31-12-2021 de 395.630,53 euros que em relação ao ano anterior variou positivamente em 109.003,08 euros-----



---

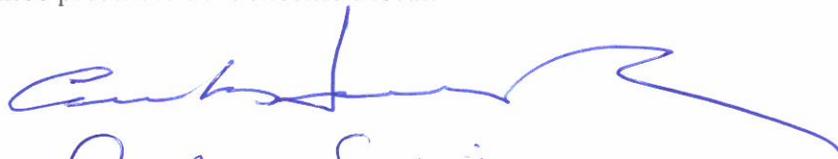
**ACTAS**

---

Assim o Balanço, a Demonstração de Resultados, a Demonstração das alterações nos Fundos Patrimoniais, a Demonstração de Fluxos de Caixa e o Anexo permitem uma adequada compreensão da situação económico-financeira e do desempenho da Santa Casa e refletem de uma forma verdadeira e apropriada à data de 31 de Dezembro de 2021.

Nestes termos somos de parecer que sejam aprovadas as contas de gerência do exercício económico de 2021 e que o resultado seja transferido para Resultados Transitados.-----

Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião da qual, para constar, se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelos elementos presentes do Conselho Fiscal. -----

  
Peritos Seguros  
Referência em An. G.



# ACTAS

## Ata da sessão de 26 de Março de 2022

Aos vinte e seis dias do mês de Março do ano de dois mil e vinte e dois, pelas vinte horas, reuniu a Assembleia Geral da Santa Casa da Misericórdia de Meda, pessoa coletiva n.º 501 233 296, com sede na Avenida Gago Coutinho e Sacadura Cabral, União de Freguesias de Meda, Outeiro de Gatos e Fonte Longa cidade de Meda, cuja mesa foi presidida pelo seu presidente Pe. Basílio Assunção Firmino, pelo Vice-Presidente Dr. Paulo Jorge de Lemos Amaral e Secretario Dr. João Jorge Ferreira Lourenço, de acordo com a convocatória escrita, assinada pelo Presidente da Assembleia Geral, bem como através de edital público colocado no expositor da secretaria da Santa Casa, de acordo com o disposto no Compromisso, com a seguinte ordem de trabalhos:---

1-Informações;-----

2-Apreciação, discussão e aprovação das Contas de Gerência do ano económico de 2021;-----

3-Outros assuntos;-----

Aberta a sessão a Assembleia só funcionou meia hora depois, nos termos do n. 1, art.º 24 do compromisso. -----

Estiveram presentes os irmãos constantes da lista de presenças anexa a esta ata.-----

Por a Mesa da Assembleia Geral não estar completa, o Sr. Presidente da Assembleia Geral pôs à consideração da Assembleia Geral a integração do irmão João Jorge Ferreira Lourenço, para substituição da Secretária Dra. Carla Sofia Silva Sequeira, que justificou a sua ausência. Procedeu-se de seguida à constituição da mesa com os seguintes elementos:-----  
Pe. Basílio Assunção Firmino, Dr. Paulo Jorge de Lemos Amaral e Dr. João Jorge Ferreira Lourenço. -----

O Presidente da Mesa deu início à reunião e leu a ordem de trabalhos constante da convocatória:-----

No uso da palavra o Sr. Presidente procedeu à abertura da sessão e cumprimentou os irmãos presentes.-----

Evocou numa breve análise os dias difíceis que se vivem, referindo-se em concreto à guerra. Referenciou a consagração da Rússia e da Ucrânia a Nossa Senhora de Fátima. -----

Foi lida a ata da assembleia geral anterior sendo aprovada por maioria dos irmãos presentes.---

O Sr. Presidente leu a ordem de trabalhos constante da convocatória:-----

**Ponto 1- Informações** – O Sr. Presidente deu a palavra ao Sr. Provedor que começou por cumprimentar os irmãos presentes. Salienta que o ano de 2021 foi um ano muito difícil e complicado devido à pandemia e que durante o mês de Março houve 15 utentes positivos dentro da instituição, mas a situação está controlada. -----



# ACTAS

7

Deu conhecimento do protocolo assinado entre a santa Casa da Misericórdia e a Câmara Municipal e outras entidades para acolhimento e apoio a refugiados da Ucrânia, no edifício da antiga Casa de Bem Estar.-----

No que diz respeito ao elevado aumento de custos, refere que a União das Misericórdias Portuguesas está em negociações com o governo a fim de tentar de alguma forma minimizar a situação.-----

## **Ponto dois: Apreciação, discussão e aprovação das contas de gerência de 2021.** -----

Foi lido o parecer favorável do Conselho Fiscal.-----

No uso da palavra o Sr. Provedor deu uma breve explicação sobre as contas. O Sr. Presidente da Assembleia usou novamente da palavra e remeteu a palavra ao Contabilista Certificado Dr. Nélio Sousa para apresentação e explicação dos documentos em apreço. Explicado que foi o seu conteúdo.-----

Seguidamente o Sr. Presidente indagou os irmãos, para verificar se havia dúvidas acerca das contas. Não havendo, submeteu à votação as referidas Contas de Gerência do ano 2021, cujo resultado foi negativo em 77.875,33€ (setenta e sete mil oitocentos e setenta e cinco euros e trinta e três cêntimos), sendo as mesmas aprovadas por maioria dos presentes e uma abstenção do irmão Cristóvão Gonçalves. O resultado obtido, foi transferido para o presente ano económico.-----

## **Ponto três: Outros assuntos**-----

O Sr. Presidente da Assembleia Geral deu a palavra aos irmãos. Usou da palavra a irmã Maria de Lurdes Matias Figueiredo que se congratulou com a apresentação das Contas e de seguida questionou o Sr. Provedor a respeito da dificuldade da entrada de bens alimentares na instituição por parte dos familiares dos utentes, tendo-se referido também à dificuldade das visitas aos utentes ao fim de semana, bem como à necessidade de formação ao pessoal da instituição.-----

Dada a palavra ao Sr. Provedor, o mesmo procedeu a algumas explicações, concedendo de seguida a palavra à Diretora Técnica Dra. Joana Gomes, que respondeu e explicou de forma clara e sucinta a todas as questões colocadas.-----

No uso da palavra o Mesário Luís Filipe Branco Lopes procedeu a umas breves palavras sobre a administração, destacando por parte dos elementos que a constituem o seu altruísmo e dedicação a esta nobre causa.-----

Na sequência das perguntas efetuadas, tomou a palavra o irmão Carlos Fial, que afinado pelo mesmo diapasão se congratulou pela gestão e forma correta com que os assuntos são expostos e esclarecidos.-----



---

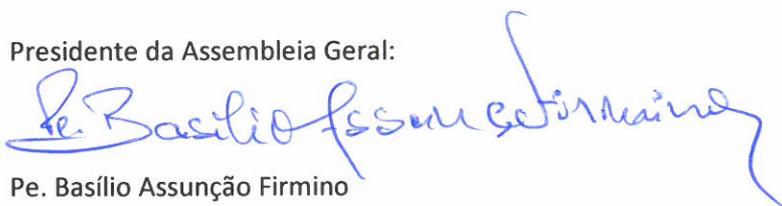
## ACTAS

---

Estes pontos foram objeto de proposta em forma de minuta que mereceu a aprovação dos presentes por unanimidade.-----

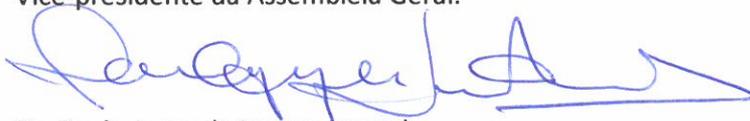
Nada mais havendo a tratar foi encerrada a sessão pelas 22h30m, da qual se lavrou a presente ata, que em minuta foi lida em voz alta e depois de lida e achada conforme vai ser assinada pelos membros da mesa. -----

Presidente da Assembleia Geral:



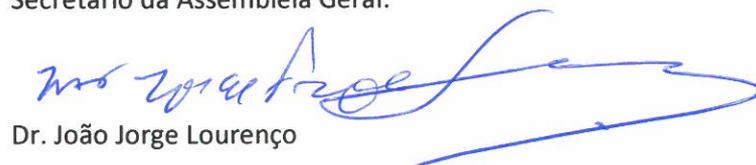
Pe. Basílio Assunção Firmino

Vice-presidente da Assembleia Geral:



Dr. Paulo Jorge de Lemos Amaral

Secretário da Assembleia Geral:



Dr. João Jorge Lourenço

